



**FACULDADE TEOLÓGICA E FILOSÓFICA RATIO  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**TATIANE SOUSA DOS SANTOS**

**DE CASA PARA RUA: UM RETRATO DA REALIDADE DOS IDOSOS EM  
SITUAÇÃO DE RUA QUE VIVEM NA PRAÇA DO FERREIRA, FORTALEZA/CE**

**FORTALEZA – CE**

**2018**

TATIANE SOUSA DOS SANTOS

**DE CASA PARA RUA: UM RETRATO DA REALIDADE DOS IDOSOS EM  
SITUAÇÃO DE RUA QUE VIVEM NA PRAÇA DO FERREIRA, FORTALEZA/CE**

Monografia submetida à aprovação do Curso de Bacharelado em Serviço Social pela Faculdade Teológica e Filosófica Ratio, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ms Diocleciana Paula da Silva

FORTALEZA – CE

2018

TATIANE SOUSA DOS SANTOS

DE CASA PARA RUA: UM RETRATO DA REALIDADE DOS IDOSOS EM  
SITUAÇÃO DE RUA QUE VIVEM NA PRAÇA DO FERREIRA, FORTALEZA/CE

Monografia como pré-requisito para obtenção do título de Bacharelado em Serviço Social, outorgado pela Ratio - Faculdade Teológica e Filosófica, tendo sido aprovada pela banca examinadora composta pelos professores.

Data de aprovação: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Ms. Diocleciana Paula da Silva  
Orientadora - Faculdade Ratio

---

Prof.<sup>a</sup> Esp. Marcela Barroso Maciel  
Avaliadora - Faculdade Ratio

---

Prof<sup>a</sup>. Ms. Rosa Ângela de Brito Falcão  
Avaliadora - Faculdade Ratio

Dedico esta monografia primeiramente a Deus por guiar meus passos. Dedico aos meus pais, FRANCISCO e KÁTIA, por serem meus portos seguro e me ajudaram durante todo esse percurso acadêmico, estiveram sempre ao meu lado com dedicação dando todo suporte para a minha formação.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, Pois sem ele nada teria sentido ou valor. O senhor me fortaleceu em todos os momentos, desde o início desta caminhada, que para mim não foi nada fácil, me dando sabedoria, para que hoje nesse grande dia, que eu pudesse ter a oportunidade de desenvolver e mostrar tudo que aprendi.

Agradeço em especial aos meus pais Francisco das Chagas e Kátia, pelo amor, incentivo, apoio, educação e valores que me passaram e que irei levar por toda minha vida. Cheguei até aqui por vocês. Os amo muito!

Ao meu amor Cláudio, pelo seu companheirismo e sempre com palavras de incentivos e coragem aos meus estudos. Amor, te amo! Obrigada por tudo!

Ao meu filho do coração Paulinho, que mesmo com sua pouca idade, com seu sorriso lindo e amor incondicional me cativou e me deu forças para continuar nessa jornada. A tia te ama muito!

Os meus irmãos, Lucas, Liliane e Carleone, que sempre estavam do meu lado, mesmo nos momentos difíceis desta caminhada me incentivaram. Vocês são especiais. Amo todos!

À minha cunhada, Mirlene, que sempre esteve do meu lado com suas palavras de incentivo, Obrigada!

Às minhas amigas, Sheila e Liliane, quando eu queria desistir, deram força para eu continuar. Obrigada, amigas queridas!

À minha orientadora, professora Diocleciana, pela dedicação e compromisso com este trabalho. Muito obrigada!

Aos professores, Rosa Ângela e Emanuelle, que se mostraram sempre disponível e por terem aceitado o convite de contribuírem de forma grandiosa neste trabalho. Obrigada!

Enfim, agradeço aos que não foram citados e que de alguma forma colaboraram desta etapa da minha vida. Obrigados a todos!

Não é sobre ter todas as pessoas do mundo pra si  
É sobre saber que em algum lugar alguém zela por ti  
É sobre cantar e poder escutar mais do que a  
própria voz. É sobre dançar na chuva de vida que  
cai sobre nós

É saber se sentir infinito. Num universo tão vasto e  
bonito é saber sonhar. Então, fazer valer a pena  
cada verso. Daquele poema sobre acreditar

Não é sobre chegar no topo do mundo e saber que  
venceu. É sobre escalar e sentir que o caminho te  
fortaleceu. É sobre ser abrigo e também ter morada  
em outros corações. E assim ter amigos contigo em  
todas as situações

A gente não pode ter tudo. Qual seria a graça do  
mundo se fosse assim?. Por isso, eu prefiro sorrisos  
E os presentes que a vida trouxe pra perto de mim

Não é sobre tudo que o seu dinheiro é capaz de  
comprar. E sim sobre cada momento sorriso a se  
compartilhar. Também não é sobre correr contra o  
tempo pra ter sempre mais. Porque quando menos  
se espera a vida já ficou pra trás

Segura teu filho no colo. Sorria e abrace teus pais  
enquanto estão aqui. Que a vida é trem-bala,  
parceiro  
E a gente é só passageiro prestes a partir

Laiá, laiá, laiá, laiá, laia

Laiá, laiá, laiá, laiá, laiá

Segura teu filho no colo. Sorria e abrace teus pais  
enquanto estão aqui. Que a vida é trem-bala,  
parceiro  
E a gente é só passageiro prestes a partir

(Trem bala, Ana Vilela)

## RESUMO

Esta monografia tem como objetivo conhecer a realidade das pessoas idosas que vive em situação de rua na Praça do Ferreira (Fortaleza/CE). Tem como objetivos específicos: apresentar novos conceitos sobre velhice e o processo de envelhecimento, apontar aspectos acerca da população em situação de rua e descrever o perfil socioeconômico dos moradores de rua da Praça do Ferreira. Para a realização desta pesquisa utilizamos uma metodologia de cunho qualitativo, além de pesquisa bibliográfica, observação e de campo. As interlocutoras da pesquisa foram os idosos em situação de rua que tem a Praça do Ferreira como moradia, para tanto, a coleta de dados utilizada foi em forma de entrevista semiestruturada. Para tanto, nos baseamos em autores que tratassem dessa temática, como por exemplo, Beauvoir (1990), Neri (2007), Silva (2006) e Sposati (1998). Com base nos relatos apresentados em campo, foi possível perceber que as essas pessoas convivem diariamente com o preconceito e com a exclusão social. São pessoas que tiveram um rompimento de vínculo familiar e relatam que esse foi um dos motivos que lhe fizeram está na rua. A pesquisa nos possibilitou compreender que a população em situação de rua necessita ter acesso a políticas públicas para terem qualidade de vida e retorno, caso queiram para o convívio familiar.

**Palavras-chave:** Idoso; Família; População em situação de rua.

## ABSTRACT

This monograph aims to know the reality of the elderly living in street situation in Praça do Ferreira (Fortaleza/CE). For this, as a way of better delimitation, it is also necessary to present the following specific objectives: Present new concepts about old age and the aging process, point out important aspects about the Population in a street situation and describe the socioeconomic profile of the residents of streets elderly people from Praça do Ferreira. This will bring discussions about the aging process and the reality of the elderly in the street. For the accomplishment of this research we use a methodology of qualitative character, besides bibliographical research, observation and field. The interviewees were the elderly in a street situation that has Praça do Ferreira as housing, for that, the data collection used was in the form of a semi-structured interview. Through the reports presented in the field, it was possible to perceive that these people live daily with prejudice and social exclusion. These are people who have had a break in family ties and report that this was one of the reasons they did it on the street. The research allowed us to understand that the population in a street situation needs to have access to public policies to have quality of life and return, if they want for family life.

Keywords: Elderly; Family; Population in street situation.

**Keywords:** Old man; Family; Population in street situation.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>CENTRO POP</b>	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
<b>COBAP</b>	Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas
<b>CREAS</b>	Centros de Referência Especializados de Assistência Social
<b>IBGE</b>	Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ILPI</b>	Instituição de Longa Permanência para o idoso
<b>PAEFI</b>	Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
<b>PNAS</b>	Política Nacional de Assistência Social
<b>PNI</b>	Política Nacional do Idoso
<b>PNPR</b>	Política Nacional para inclusão social da população em situação de rua
<b>SER</b>	Secretarias Executivas Regionais
<b>SDHDS</b>	Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social
<b>SUAS</b>	Sistema único de Assistência Social
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1. Praça do Ferreira.....</b>	<b>51</b>
---	-----------

## LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

<b>Tabela 1.</b> Caracterização dos sujeitos de acordo faixa etária, naturalidade, escolaridade, estado civil, sexo, cor\raça e estado civil. ....	53
<b>Gráfico 1.</b> Caracterização dos entrevistados de acordo com a faixa etária.....	55
<b>Gráfico 2.</b> Caracterização dos entrevistados de acordo com a escolaridade .....	55

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE PROCESSO DE ENVELHECIMENTO .....</b>	<b>22</b>
1.1 Novo conceito de velhice .....	22
1.2 Políticas Públicas para o idoso .....	26
1.3 Estatuto do Idoso e suas contribuições.....	30
1.4 Pessoa Idosa e a Família.....	33
1.5 Inserção do idoso na sociedade.....	36
<b>2 CONTEXTUALIZAÇÃO ACERCA DE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA ..</b>	<b>38</b>
2.1 População em situação de rua: alguns aspectos importantes para a sua compreensão .....	38
2.2 Política Nacional para inclusão social da população em situação de rua (PNPR).....	41
2.3 Programas e equipamentos voltados para População em Situação de Rua em Fortaleza/CE .....	45
<b>3 IDOSOS E RUA: O DESAFIO DE VIVER SOB VARIOS OLHARES.....</b>	<b>50</b>
3.1 Campo da pesquisa .....	50
3.2 Perfil dos idosos entrevistados.....	52
3.3 Realidade dos idosos que adotaram a Praça do Ferreira como moradia .....	56
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>61</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>63</b>
<b>APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....</b>	<b>66</b>
<b>APÊNDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTA .....</b>	<b>67</b>

## INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional tornou-se um dos grandes desafios a serem enfrentados pela sociedade e formuladores de política. No Brasil, segundo o que está estabelecido na política Nacional do Idoso (1994), define como idoso o indivíduo com idade igual ou superior a 60 anos. A Lei nº 8.842/94, em seu artigo 2, inciso I, adota essa mesma faixa etária como entrada da velhice (HAGEN, 2011).

O censo de 2010 divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), concluiu que a população brasileira envelheceu. A população com 65 anos de idade ou mais, que era de 4,8% em 1991, passou para 5,9% em 2000 e chegou a 7,4% em 2010. Segundo o censo, o Brasil tem 190 755 799 habitantes. Os Estados com mais idosos são: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro Distrito Federal e São Paulo.

Esta pesquisa tem como objetivo conhecer a realidade das pessoas idosa que vive em situação de Rua na Praça do Ferreira (Fortaleza/CE). Além disso, apresentamos como objetivos específicos: Apresentar novos conceitos sobre velhice e o processo de envelhecimento, apontar aspectos importantes acerca da População em situação de rua e descrever o perfil socioeconômico dos moradores de ruas idosos da Praça do Ferreira (Fortaleza/CE).

Observando o elevado crescimento acerca da violência contra o idoso e especificamente os que estão em situação de rua, tive a curiosidade de pesquisar sobre o estudo em pesquisa. E por se tratar de um tema bastante discutido no Brasil e no mundo. Se tratando de um problema social que está diretamente ligado com o serviço social, pois o mesmo trabalha como meio de intervenção na realidade desses idosos, com o intuito de conscientizar a sociedade, a respeitar e valorizar esse idoso, e também elaborando projeto de intervenção social efetiva para questão.

A escolha em estudar em pesquisar essa temática surgiu a partir do momento em que comecei observar as pessoas que estavam naqueles bancos da Praça do Ferreira. Eu<sup>1</sup> os observava dia após dia sempre que caminhava para ir ao trabalho, principalmente os idosos que estavam em situação de rua. Ficava me

---

<sup>1</sup> Peço licença ao leitor para me dirigir na primeira pessoa do singular uma vez que tenho de realizar aproximação da pesquisadora com o seu objeto de estudo.

perguntando o que teria ocorrido para que eles passassem a viver naquela situação, se eles comiam todos os dias, se eles tomavam banho, como era para dormir e o principal, se tinham o contato com a família, pois sem dúvidas é um grande desafio viver na rua e um desses desafios é viver com o constante preconceito das pessoas.

Para observar melhor, passei um dia sentada naqueles bancos em meios aqueles que vivem na rua e pessoas que só estavam lá para passar um tempo. Os idosos passavam a maior parte do tempo pedindo e todos olham para eles com preconceito, com desprezo, mas nem imaginam que por trás de cada idoso há uma situação crítica, há uma história. Durante a realização da pesquisa tive o privilegio de conhecer algumas histórias, não boas, mas que me auxiliaram a conhecer a realidade de cada um.

O idoso que vive na rua, se torna, assim, depositário de inúmeros estigmas e visões negativas de uma sociedade egoísta e individual, em que a competição se sobrepõe a cooperação, pois falta para a sociedade o entendimento de que ninguém está na rua simplesmente porque planejou isso para si. Há toda uma trajetória de vida e social a ser levada em consideração quando se trata dessa questão de idoso em situação de rua

Faz-se necessário acrescentar que os idosos adotam a rua como moradia por vários problemas, principalmente pela quebra do vínculo familiar. Além disso, o alcoolismo pode também ser considerado um dos principais motivos da pessoa idosa as ruas que muitas vezes não deseja está em uma Instituição de Longa Permanência para o idoso (ILPI<sup>2</sup>).

O individualismo constrói barreiras, a indiferença ao idoso deixa o mesmo mais fraco nas garras dos aproveitadores que se aproximam por interesse financeiro, família é uma estrutura onde tudo começa na vida de cada pessoa. É muito triste um idoso chegar à instituição já sem referência sem vínculo família, às vezes nem lembra o último contato com os parentes, por se encontrar abandonado e em estado de precariedade.

O reconhecimento da importância da família na vida social da pessoa idosa, merecedora da proteção do Estado, conforme, o artigo 230 da constituição federal,

---

<sup>2</sup> São instituições governamentais ou não governamentais, de caráter residencial, destinadas a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade, dignidade e cidadania.

prevê que a "família, sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade garantindo-lhe o direito á vida" (1988, p.145).

Mesmo a família sendo a gênese, com o envelhecimento a pessoa passa a ser o pivô dos conflitos familiares sendo que os filhos ficam insensíveis trata o idoso como maus tratos deixam de ser compreendidos como se ele não soubesse que a terceira idade faz parte da natureza de cada individuo. O envelhecimento e a relação familiar ficam muito conflituosos, os filhos passam a fazer critica por certos acompanhamentos do idoso, este por já ter uma rotina, fica constrangido e não aceita mudar os hábitos.

Nessa situação fica difícil a convivência, podendo assim a família institucionalizar o idoso em uma instituição de longa permanência, lugar este que vai de encontros com a pessoa da sua idade e com costumes parecidos, vocabulário e pensamento igual passam a conviver em um ambiente onde ele pode se sentir bem ou se sentir bem ou se sentir sozinho.

Nessa perspectiva, durante a fase da velhice, a família é ou deveria ser considerada de extrema importância na vida dos idosos, visto que agrega a essa categoria o valor de proteção e cuidados, mas se sabe que a realidade não condiz totalmente com essa perspectiva, uma vez que a convivência com as gerações distintas, dentre outros fatores podem levar a conflitos, pois sabemos que são gerações diferentes, ideias diferentes e perspectivas de vida diferentes.

Observando-se as relações e reflexos entre cultura política e pretensão da rede de atendimento ao idoso. Podem-se perceber as discrepâncias entre direito de fato e o direito vivido na dinâmica da vida do idoso, especialmente ao constatar que a atenção e proteção do idoso se realizam como um processo "excluídos" pautado em novos conceitos que o legitimam.

E é por falta dessa preparação que logo se percebe a urgência de criação de mais ações e políticas que possam atender essa população. A precariedade de políticas de amparo e proteção ao idoso facilita de certo modo para o surgimento de problemas sociais que envolvem como principal personagem o idoso. Um desses problemas é a violência contra eles. Nas palavras de Zimmerman (2007, p. 39), "o velho é vítima de diversas formas de violência por parte da família e da sociedade".

O conceito de violência contra o idoso, segundo a Organização Mundial de Saúde (2003) é a seguinte:

São ações ou omissões cometidas uma vez ou muitas vezes, prejudicando a integridade física ou emocional, da pessoa idosa, impedindo o desempenho de seu papel social. A violência acontece como uma quebra de expectativa positiva, por parte das pessoas que a cercam, sobretudo dos filhos, dos cônjuges, dos parentes, dos cuidadores, da comunidade e da sociedade em geral.

Na compreensão de Minayo (2005), existem vários tipos de violência praticada contra os idosos: violência física, violência psicológica, violência sexual, violência financeira ou econômica, negligência, autonegligência, violência emocional e social, violência medicamentosa e abandono. Independente de que tipo seja a violência, o resultado é o mesmo, causam grandes danos para esses "velhos". Ainda segundo a referida autora, o abandono: "É uma forma de violência que se manifesta pela ausência ou deserção dos responsáveis governamentais, institucionais ou familiares de prestarem socorro a uma pessoa idosa que necessite de proteção e assistência" (MINAYO 2005, p. 15).

De acordo com os dados do Disque 100 de 2013, no Brasil, foram registrados 77.059 denúncias de violações de direitos humanos contra a pessoa idosa no Brasil. Os tipos mais comuns são a negligência (68,7%), a violência psicológica (59,3%), e o abuso financeiro e econômico, em relação a violência patrimonial (40,1%). O caso mais alarmante é o de violência física (34%), tendo as mulheres como maiores vítimas (66,29%) com idade entre 76 e 80 anos. E os homens com (27,26%).

Segundo o portal Âmbito Jurídico (2012), no Brasil, grande parte dos idosos sofrem os mais variados tipos de abandono e maus tratos, muitos cometidos pelos próprios familiares. O caso mais comum é de abandono de idoso em casa de saúde ou em asilos.

Os parentes simplesmente se esquecem de visitá-lo, deixando-o totalmente desamparado. Na hipótese que os parentes convivem com o idoso, muitas vezes, recebem seus proventos e nem sequer alimentos providenciam para ele. Mesmo sabendo que existem leis que garantam proteção e seguridade de vida para os idosos, percebe-se que o número de violência contra a pessoa idosa, aumenta a cada dia.

Isso demonstra que o Estatuto não está sendo respeitado.

Para que se possa compreender como se dá a institucionalização da pessoa idosa é preciso que se delimitem as categorias analíticas que irão dar embasamento ao estudo em pesquisa. No caso dessa temática serão apresentadas as seguintes categorias de analíticas: Idoso, família e População em situação de rua.

O termo velhice vem repleto de significações e é modificado no decorrer do tempo. Em algumas sociedades, como na Grécia Clássica, remonta-se a uma percepção do velho carregada de um conceito negativo, sendo a figura do idoso tida como subalterna e frágil, uma vez que o forte, belo e jovem era exaltado e valorizado como era indiciado por alguns filósofos gregos (LEMOS *et al.*, 2005).

Devido à tamanha complexidade encontrada na velhice é que se usa uma abordagem cronológica principalmente, para a definição da população idosa, apontando a idade de 60 anos como um ponto inicial para países de terceiro mundo definir a chegada da velhice (VERAS, 2003).

Sabe-se que nos próximos anos, o Brasil será constituído por uma população de idosos. O envelhecimento populacional tornou-se um dos grandes desafios a serem enfrentados pela sociedade e formuladores de política. De acordo com o IBGE (2010), no Brasil, a população com 60 anos de idade ou mais, que era de 4,8% em 1991, passou para 59% em 2000 e chegou a 7,4% em 2010. Os Estados com mais idosos são: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Distrito Federal e São Paulo (BRASÍLIA, 2010, p. 191).

De acordo com o IBGE (2010), no Brasil, a população com 60 anos de idade ou mais, que era de 4,8% em 1991, passou para 59% em 2000 e chegou a 7,4% em 2010. Os Estados com mais idosos são: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Distrito Federal e São Paulo (BRASÍLIA, 2010, p. 191). Ao falar de envelhecimento na atualidade não poderia deixar de citar Berman (2005) que fala muito sobre modernidade e nos diz que:

Ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição. É sentir-se fortalecido pelas imensas organizações burocráticas que detêm o poder de controlar e frequentemente destruir comunidades, valores, vidas; e ainda sentir-se compelido a enfrentar essas forças, a lutar para mudar o seu mundo transformando-o em nosso mundo. É ser ao mesmo tempo revolucionário e conservador: aberto a novas possibilidades de experiência

e aventura, aterrorizado pelo abismo niilista ao qual tantas das aventuras modernas conduzem, na expectativa de criar e conservar algo real, ainda quando tudo em volta se desfaz.

Na sociedade moderna, as pessoas idosas tendem a ter um status muito mais baixo, pois, atualmente, é o jovem que frequentemente tem maiores habilidades e um conhecimento mais amplo em determinadas áreas da vida. Os jovens são mais hábeis para absorver e compreender as últimas inovações tecnológicas, e em uma velocidade muito mais rápida. Eles têm acesso a muito mais fontes exteriores de conhecimento do que tiveram seus pais e avós pelos meios de comunicação, livros e internet (HERMAM, 2005).

A metodologia aplicada a esse trabalho é de natureza qualitativa, com pesquisa bibliográfica, de campo, observações e como técnica utilizaremos a entrevista. A metodologia pode ser considerada como o caminho que será percorrido para conseguir chegar às análises científicas com maior fidedignidade possível da realidade, mesmo estando ela em constante transformação. Lakatos e Marconi (2001) definem método como um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que favorecem o alcance de objetivos, traçando o caminho a ser trilhado, detectando possíveis erros e auxiliando na tomada de decisões do pesquisador. Para realização da pesquisa utilizamos uma abordagem de cunho qualitativo. De acordo com Minayo, pode-se dizer da pesquisa qualitativa que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2012, p.21-22).

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, construído principalmente de livros e artigos científicos. Desse modo, esta pesquisa contempla como categorias principais velhice e envelhecimento, família e população em situação de rua. Para Marconi; Lakatos (2010) a pesquisa bibliográfica consiste em:

Um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar duplicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações podendo até orientar as indagações (LAKATOS; MARCONI, 2010).

Salientamos que a pesquisa bibliográfica é o passo inicial na construção efetiva de um protocolo de investigação, quer dizer, após a escolha de um assunto é necessário fazer uma revisão bibliográfica do tema apontado. Essa pesquisa auxilia na escolha de um método mais apropriado, assim como num conhecimento das variáveis e na autenticidade da pesquisa. As fontes bibliográficas utilizadas para realização da pesquisa foram: Beauvoir (1990), Nery (2007), Cortelletti (2004), Papaléo Netto (2002), Giddens (2005), Alves (2007), Sales (2004), Camarano (2007).

As visões desses autores acerca da temática em estudo são de grande importância, pois fornecem dados atuais e relevantes. Abrangem: publicações avulsas, livros, jornais, revistas, vídeos, internet etc. Esse levantamento é importante tanto nos estudos baseados em dados originais, colhidos numa pesquisa de campo, bem como aqueles inteiramente baseados em documentos. Conforme explica Gil (2002), a principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Outro método utilizado para o embasamento da pesquisa foi a realização de observações na Praça do Ferreira, local escolhido para a coleta de dados. Essas observações sem dúvidas é um grande diferencial quando se está no processo de elaboração da pesquisa, pois nos possibilita ter uma visão mais ampla do objeto de pesquisa. Segundo Lakatos; Marconi (2003)

Observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar. É um elemento básico de investigação científica, utilizado na pesquisa de campo e se constitui na técnica fundamental da Antropologia. A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. Desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto

da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade. É o ponto de partida da investigação social (p.190-191).

A observação como método de pesquisa nos auxilia a ter um diagnóstico mais completo das problemáticas acerca da temática que estamos pesquisando. Nessa linha de pensamento Gil (1999) nos diz que a observação “constitui elemento fundamental para a pesquisa”, pois é a partir dela que é possível delinear as etapas de um estudo: formular o problema, construir a hipótese, definir variáveis, coletar dados e etc.

Foram também realizadas pesquisa em campo para que pudéssemos dá embasamento ao estudo em pesquisa. A coleta de dados por meio da técnica da entrevista se deu na Praça do Ferreira na cidade de Fortaleza/CE. De acordo Lehfeld (2000, p. 75).

A pesquisa de campo não é, simplesmente, realizar uma coleta de dados, é preciso preestabelecer os objetivos que discriminam o que deve ser realmente coletado. Recomenda-se iniciar esta fase realizando uma pesquisa bibliográfica, para que o autor fique ciente de tudo o que já foi relatado sobre o assunto que está sendo estudado (LEHFELD, 2000, p. 75).

A pesquisa de campo é importante para que se possa ter uma conversa com os sujeitos da pesquisa e que a partir dessa coleta de dados seja feito análise das falas dos mesmos. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada, tendo como instrumentos auxiliares um roteiro de entrevista, observação direta, como também o uso do diário de campo. A entrevista segundo Severino (2007):

É uma técnica de coleta de dados de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados. Trata-se, portanto, de uma interação entre pesquisador e pesquisado. Muito utilizada nas pesquisas da área das Ciências Humanas. O pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam (SEVERINO, 2007, p. 124).

A entrevista é sem dúvidas uma forma de interação social, mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca

coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. Segundo Gil (2008) pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formulam perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação.

Os participantes da pesquisa foram informados e esclarecidos de que todos os dados do trabalho irão ser utilizados para estudos e publicados, respeitando seu anonimato. Ressaltamos que antes da realização da entrevista foram apresentados os objetivos da pesquisa em linha gerais e conforme os participantes se mostravam disponíveis lhes eram solicitados para assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndices A), os documentos foram expressos em duas vias, assim, ficando uma via com o participante e outra com a pesquisadora. Todas as entrevistas foram gravadas com a permissão do participante. Salientamos que toda a pesquisa seguiu padrões científicos e éticos.

A pesquisa, portanto, foi estruturada da seguinte forma: No primeiro capítulo apresentaremos uma contextualização sobre o processo de envelhecimento, abordando sobre a legislação vigente para a pessoa idosa, apontando o estatuto do idoso e suas contribuições. Vamos destacar a importância da família no cuidado do idoso, bem como a inserção do idoso em uma sociedade que esta cada vez mais excludente.

No segundo capítulo vamos fazer uma contextualização acerca da população em situação de rua, apresentando alguns aspectos importantes para a sua compreensão, a Política Nacional para inclusão social da população em situação de rua (PNPR) e os Programas e equipamentos voltados para População em Situação de Rua em Fortaleza/CE.

O terceiro e último capítulo apresentaremos os resultados da pesquisa com base no título “*idoso e rua: o desafio de viver sob vários olhares*”, em que vamos descrever o campo da pesquisa, o perfil socioeconômico das pessoas em situação de rua que foram entrevistadas. Por fim, vamos apresentar a Realidade dos idosos que adotaram a Praça do Ferreira como moradia, a partir das entrevistas coletadas no campo da pesquisa.

## 1 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

Apresentaremos neste capítulo uma contextualização acerca do processo de envelhecimento, abordando novos conceitos de velhice que são apresentados pelos autores. Vamos apresentar a importância do Estatuto do Idoso e suas contribuições como uma ferramenta na garantia e acesso de direito das pessoas idosas e as políticas públicas voltadas para esse segmento.

Ademais, vamos abordar as principais discussões apresentadas pelos autores sobre a família e o idoso, retratando a importância dos cuidados da pessoa idosa. Além disso, como a sociedade está se comportando com o grande aumento da população idosa.

### 1.1 Novo conceito de velhice

Iniciamos a discussão acerca de novos conceitos sobre velhice acrescentando que o envelhecimento é um processo natural, mas que pode ser acelerado em razão de fatores externos como o excesso de sol, estresse e o fumo, é um processo vital inerente a todos os seres humanos. Neste sentido Netto (2002) explica que a velhice é a última fase do ciclo da vida, as quais são caracterizadas por redução da capacidade funcional, calvície e redução da capacidade de trabalho e resistência, entre outras, associam-se à perda dos papéis sociais, solidão e perdas psicológicas, motoras e afetivas.

Salientamos que nos dias atuais o conceito de velhice está sendo caracterizado de outra maneira. Antes a pessoa idosa era simplesmente considerada frágil e doente, porém o que se percebe é que os idosos estão cada vez mais ativos em nossa sociedade.

O conceito de idoso, portanto, envolve mais do que a simples determinação de idades-limite biológicas e apresenta, pelo menos, três limitações. A primeira diz respeito à heterogeneidade entre indivíduos no espaço, entre grupos sociais, raça/cor e no tempo. A segunda é associada à suposição de que características biológicas existem de forma independente de características culturais e a terceira à finalidade social do conceito de idoso.

Idoso, em termos estritos, é aquele que tem ‘muita’ idade. A definição de “muita” traz uma carga valorativa. Os valores que referendam esse juízo dependem de características específicas do ambiente onde os indivíduos vivem. Logo, a definição de idoso não diz respeito a um indivíduo isolado, mas à sociedade como um todo. Assumir que a idade cronológica é o critério universal de classificação para a categoria idoso é correr o risco de afirmar que indivíduos de diferentes lugares e diferentes épocas são homogêneos (CAMARANO; PASINATO, 2002, p.1).

Podemos perceber que o envelhecimento é a última etapa do ciclo da vida humana. Em que desde o nascimento passamos por várias fases: infância, adolescência, até chegar à fase adulta e posteriormente chegamos ao processo de envelhecimento.

O envelhecimento é um processo natural que acomete os indivíduos no decorrer de suas vidas, podendo levar a uma série de alterações em seu organismo. Assim, com o aumento da longevidade da população brasileira, desafios especiais são postos para a atenção à saúde, uma vez que os problemas de saúde dos idosos frequentemente são crônicos e podem requerer intervenções onerosas e com tecnologias complexas (ACOSTA et al., 2010, p.34).

Embora o envelhecimento seja considerado um processo natural como podemos perceber na citação anterior Papaléo Netto (1996) destaca também que o envelhecimento é também conceituado como um processo irreversível e implacável, no qual acontece às transformações biológicas morfológicas funcionais e psicológicas, vão determinar perda da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente, ocasionando maior vulnerabilidade e maior incidência de processos patológicos que determinam por levá-los a morte. Além disso, Birman (1995, p. 32) nos diz que:

O conceito de velhice passa a fazer sentido apenas a partir do século XVIII, quando a ciência inaugura a ideologia do evolucionismo, fundando a transformação humana em processos biológicos como o nascer, crescer, reproduzir-se, envelhecer e morrer, delimitando diferentes fases de desenvolvimento; e também quando coloca o homem, no sentido filosófico, inserido em um contexto histórico, e então “a existência humana passou a ser representada nas dimensões do tempo e da história”.

A velhice é como um fenômeno biológico com reflexos profundos na psique do homem, perceptíveis pelas atitudes típicas da idade não mais jovem nem adulta,

da idade avançada. Beauvoir (1990) mostra a sua compreensão da velhice como algo pouco preciso nada comum, esquadrinhado dentro de parâmetros relacionais e funcionais, portanto carregada de subjetividade. Ainda neste sentido Beauvoir (1990, p. 121) relata que:

A velhice não é uma abstração porque as pessoas também não a são e isso implica em dizer que a velhice é uma realidade em que as pessoas idosas vivem cada uma delas, com suas particularidades, suas experiências diferenciadas uma das outras, no entanto histórias únicas vivenciadas cheias de significados e vividas no contexto socioeconômico, cultural e étnico em que cada um está inserido. Na época contemporânea, início do século XXI, ao mesmo tempo em que a sociedade potencializa a longevidade, ela nega aos velhos o seu valor e sua importância social. Vive-se em uma sociedade de consumo na qual apenas o novo pode ser valorizado, caso contrário, não existem produção e acumulação de capital. Nesta realidade, o idoso passa a ser ultrapassado, descartado, ou seja, ficou velho já está fora de moda. E como o homem não vive nunca em seu estado natural; na sua velhice, como em qualquer idade, seu estatuto lhe é imposto pela sociedade que pertence logo é marginalizado e por sua fragilidade em diversos aspectos, inerentes a esta etapa da vida, absorve tantas consequências negativas.

Embora a velhice muitas vezes seja considerada algo sem utilidade como bem explica a citação acima. Santos (2010) explica que o processo de envelhecimento vai além do significado do estado de saúde física positivo envolve muito mais reconhecimento, respeito e segurança, e o mais importante sentir parte de uma sociedade, que lhe permita participar e expor suas ações, e experiências cotidianas.

Salientamos que o envelhecimento pode ser considerado como uma vitória do desenvolvimento da longevidade, uma das maiores conquistas da humanidade, tendo em vista que esta cada vez mais difícil se chegar à velhice. As pessoas vivem mais em razão de melhorias na nutrição, nas condições sanitárias, nos avanços da medicina, nos cuidados com a saúde, no ensino e no bem-estar econômico. Mas a população em envelhecimento também apresenta desafios sociais, econômicos e culturais para indivíduos, famílias, sociedades e para a comunidade global. Tais desafios podem e devem ser transformados em oportunidades.

Fazendo uma trajetória histórica acerca da pessoa idosa na sociedade, salientamos que na sociedade antiga os indivíduos que tinham idades elevadas, ou seja, os mais velhos eram considerados honrados. Um fato interessante desse

período, especificamente na cidade de Esparta, na Grécia, os idosos eram reverenciados e possuíam muita autoridade. Em Atenas, o neto tinha o mesmo nome do avô e esse hábito retratava a forma respeitosa como os mais velhos eram tratados e considerados. Já no império Romano, a avó idosa cuidava da casa de campo ou dos filhos da família.

Na idade média, diferentemente da antiga sociedade, em que os idosos eram honrados, eles não eram inclusos na alta classe dos senhores feudais. Além disso, os mesmos eram afastados das atividades em decorrência do trabalho árduo do campo e muitos velhos não podiam participar da vida pública. Esquecendo que os idosos já foram jovens algum tempo atrás, o sistema feudal se estruturou através de batalhas e lutas pelo poder. Tais batalhas eram realizadas por homens jovens e adultos que possuíam força e vitalidade para defender seus feudos, esquecendo que o idoso já tinha dado uma grande contribuição quando estava na condição de jovem (SOUZA, 2014).

A desigualdade social já podia ser percebida no século XVII, na sociedade francesa, pois a expectativa de vida era baixa e o homem perdia seu lugar na sociedade ao completar 50 anos de idade, mas o idoso que possuía riquezas continuava a ser honrado, ou seja, se o idoso fosse de classe pobre não teria mais utilidade para aquela sociedade e perderia sua honra. Um fato que podemos considerar importante desse século é que se percebia o surgimento de asilos e hospitais na Inglaterra, que tinham a função de abrigar os doentes, os pobres e os velhos que eram abandonados.

Já no século XVIII, na Europa, o indivíduo que fosse considerado idoso com pouca idade, e não representasse o sacerdote ou um chefe de família, era distanciado da vida social. Com a Revolução Francesa, que limitou os poderes patriarcais, o pai tinha seu poder, porém fossem mais limitados, tanto no espaço público quanto no privado. No século XIX se solidificou o processo de industrialização, com o avanço da tecnologia estimulada pela ciência, que possibilitou melhores condições sanitárias e a descoberta dos remédios e vacinas, melhorando o desenvolvimento da medicina que permitiu a erradicação das doenças que liquidavam as populações e interrompiam o processo de envelhecimento nas sociedades (SOUZA, 2014, p. 15).

Diante da discussão apresentada, podemos evidenciar que no decorrer da história não eram apenas as sociedades capitalistas que desvalorizavam seus

velhos, outras sociedades que apresentavam um número reduzido de velhos também não os suportavam, pois estes não combinavam com sua forma de organização. Souza (2014) acrescenta que em algumas sociedades os velhos eram respeitados, enquanto em outras, o processo de envelhecimento era tratado com desrespeito e zombaria. Desta forma, podemos compreender o fenômeno da velhice e alguns fatores históricos que identificamos nas diferentes épocas e lugares, já que os aspectos relacionados são complexos e não existem isoladamente.

Um dos grandes desafios da pessoa idosa, que muitas vezes gera uma grande problemática enfrentada pelos mesmos, é sua inserção no mercado de trabalho. A luta para manter uma condição mínima de sobrevivência faz com que a pessoa idosa busque alternativas que vão além de se manter como a aposentadoria, mas com uma renda extra que supra suas necessidades básicas.

Utumi (2004) nos relata que o idoso passa a conviver com o problema de inserir-se novamente no mercado de trabalho, que valoriza o jovem e discrimina o “velho”. Muitos trabalhadores idosos aposentados, ou desempregados, são obrigados a buscar formas alternativas de complementação da renda para garantir a sobrevivência. Além disso, o idoso, no mundo contemporâneo, que é marcado pela intensa competitividade entre as empresas e o amplo processo de globalização, enfrenta graves problemas quando se trata da necessidade de reinserção no mercado de trabalho.

Na sociedade capitalista acerca a pessoa terá algum valor se ela produzir alguma coisa, caso contrário, ela não terá valor nenhum. Destacamos que o idoso é visto, nesta sociedade, como menos produtivo ocasionando assim a sua substituição pelos mais jovens, desvalorizando a pessoa idosa. A sociedade utiliza esse modelo social, atribuindo qualidade negativa aos velhos, negando-os um futuro de qualidade. A seguir vamos apresentar a importância das políticas públicas para a pessoa idosa.

## **1.2 Políticas Públicas para o idoso**

Salientamos que na sociedade moderna as políticas públicas destinadas à população idosa encontram dificuldades para sua implementação e apontam duas

atitudes: a primeira, negativa, é de desgaste, de enfraquecimento e de discriminação; a segunda, positiva, é de maturação, de experiência e de acréscimo do conhecimento, sabedoria e sensibilidade. Estamos, portanto, diante de uma contradição: a sociedade moderna privilegia valores como respeito à vida, singularidade pessoal e direito à cidadania e à felicidade, mas não os aplica aos idosos. Ao invés disso, convida-os a ceder seus lugares aos mais jovens. O número de idosos no Brasil cresce significativamente todos os anos. No Brasil, uma pessoa é considerada idosa cuja idade seja a partir dos 60 anos. Numa notícia veiculada no site do Governo Federal observamos essa tendência:

Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem 20,6 milhões de idosos. Número que representa 10,8% da população total. A expectativa é que, em 2060, o país tenha 58,4 milhões de pessoas idosas (26,7% do total). O que explica esse aumento não é só a melhoria da qualidade de vida, que ampliou a expectativa de vida dos brasileiros, que pulará de 75 anos em 2013 para 81 anos em 2060 - com as mulheres vivendo, em média, 84,4 anos, e os homens 78,03 anos -, mas também a queda na taxa de fecundidade dos últimos 50 anos, que passou de 6,2 filhos nos anos 1960 para 1,77 (estimativa) em 2013<sup>3</sup>.

Como é possível observar, essa crescente da população idosa pode ser considerada graças à ótima qualidade de vida que está sendo proporcionada para a pessoa idosa. Contudo, ainda se nota certos desrespeitos para essa parcela numerosa da população brasileira, uma vez que o Sistema Único de Saúde (SUS) está sobrecarregado, além da falta de uma fiscalização eficiente em diversos departamentos que permitem a gratuidade, o assento preferencial, sobretudo a proteção. Diante disso, nota-se que toda essa bagagem vai acarretar em um processo de envelhecimento bom ou ruim, como afirma Goldman (2006, p.162).

As condições objetivas de vida da população interferem sobre o envelhecimento, tanto no aumento quantitativo da expectativa de vida quanto na qualidade oferecida aos que envelhecem através das políticas sociais. Além disso, as condições objetivas de vida da população interferem diretamente sobre o envelhecimento principalmente nas áreas da saúde, previdência e da assistência.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/saude/2014/01/brasil-e-reconhecido-por-politicas-publicas-em-favor-de-idosos>>. Acesso em: 20 abr de 2018.

Vemos, então, que as diversas áreas precisam estar agindo em consonância para que a pessoa idosa continue tendo uma vida de qualidade, mas para isso acontecer é necessário que haja asseguaração dos seus direitos. Além disso, é necessário que haja a desconstrução do pensamento de que a pessoa idosa não colabora com mais nada para a população. A população idosa, de uma maneira geral, traz consigo uma bagagem cultural imensa, ensinamentos riquíssimos de senso comum.

De acordo com Neri (2007) assistência social é direito do cidadão e dever do Estado. Além disso, o autor acrescenta que a implantação de políticas públicas para a pessoa idosa no Brasil é recente, sendo vivenciada em um contexto sócio histórico, da época da implantação do modelo neoliberal<sup>4</sup> e marcada pela crise da hiperinflação e fiscal, sendo também esse período os primeiros anos de implementação do Sistema Único de saúde o (SUS<sup>5</sup>) e, da universalização do ensino básico apesar de estar inserido no alinhamento do modelo neoliberal. A luta para a asseguaração dos direitos para a pessoa idosa não é recente, como Goldman menciona se referindo às lutas dos idosos no quadro histórico do Brasil:

Os idosos de todas as partes do Brasil demonstraram sua força política nas galerias do congresso, na Praça dos Três Poderes, nas inúmeras passeatas de aposentados e pensionistas, dentre outras manifestações públicas. Parece-nos impossível traçar um quadro completo das lutas populares no processo constituinte sem ressaltar a mobilização e a organização dos movimentos sociais constituídos por aposentados e pensionistas urbanos e rurais (GOLDMAN, 2006, p. 167).

Diante disso, podemos notar que tudo que se tenta implantar como política pública para a pessoa idosa ainda é rechaçada por muitos. Parafraseado Santos (2010), ainda há fatores negativos para tais motivos, como é o caso do preconceito, da discriminação. Porém, desde a Constituição de 1988 esse quadro tem mudado, pois, podemos citar como avanços na garantia de direitos para pessoa idosa a Política Nacional do Idoso (1994), a Política Nacional de Saúde do Idoso (1999), o Estatuto do Idoso (2003), a Política Nacional de Assistência Nacional (2004) e a

---

<sup>4</sup> É o nome que se deu a uma doutrina surgida em 1938 conforme Paul Hugon, as Vésperas da Segunda Guerra Mundial. É algo que poderíamos chamar de uma doutrina econômica voltadas a examinar os resultados das numerosas experiências de aplicação do sistema de intervenção no mercado focalizando essencialmente o mecanismo de preço.

<sup>5</sup> É o conjunto de todas as ações e serviços de saúde prestados por órgãos e instituições públicas Federais, Estaduais e, Municipais da administração direta e indireta das fundações pelo o poder publico

Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (2006). De acordo com a análise de Dundes (2006):

A PNI trouxe consigo várias conquistas, que servem para a construção de serviços e ações diferenciadas de atendimento ao idoso, concebido como sujeito de direitos. Essa política já está posta, mas é preciso transformá-la em prática profissional. Além disso, a realidade ainda consegue ser muito perversa quando se trata da velhice. Muitos ainda são excluídos e não têm garantido o mínimo para sua sobrevivência. Outros, inseridos num processo de envelhecimento precoce não encontram nenhuma perspectiva de vida futura. Acabam-se os sonhos, perdem-se as esperanças. Para tanto, não cabe somente aos profissionais, mas também a sociedade, de um modo geral, despertá-los, assumindo a luta pela conquista de um envelhecimento com qualidade e não só com quantidade, no qual as vitórias possam ser celebradas por todos os idosos e não somente por um grupo restrito (p. 35)

Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994 que institui a Política Nacional do Idoso (PNI) tem como finalidade garantir ao idoso, a autonomia, integração e participação efetiva como instrumento de cidadania. Além disso, destacamos a necessidade de seu envolvimento na sociedade de um modo geral. A PNI objetiva atender às necessidades básicas da população idosa no tocante a educação, saúde, habitação e urbanismo, esporte, trabalho, assistência social e previdência, justiça. De acordo com o Capítulo II que faz referência aos Princípios e as Diretrizes da referida Lei, a Política Nacional do Idoso rege-se pelos seguintes princípios:

- I – a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;
- II – o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;
- III – o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;
- IV – o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política;
- V – as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta lei (BRASIL, 2017, p. 51-52).

Podemos perceber que os princípios que regem a PNI são de fundamental importância para que os direitos que são assegurados à pessoa idosa sejam resguardados e respeitados por todos. Ademais, fica claro que a pessoa idosa não pode passar por nenhum um tipo de discriminação. No tópico a seguir vamos

apresentar uma das ferramentas importantes para a garantia e acesso dos direitos da pessoa idosa.

### **1.3 Estatuto do Idoso e suas contribuições**

Considerado como um dos principais instrumentos de direito do idoso, o Estatuto do Idoso trata-se de uma conquista e de lutas desse segmento para efetivação de direitos, especialmente por tentar proteger e formar uma base para a reivindicação de atuação da família, da sociedade e do Estado para o amparo e respeito aos idosos.

O Estatuto do Idoso foi sancionado em 2003, pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, por meio da Lei nº 10.741/03, entrou em vigor em 1º de Janeiro de 2004. Composta por 118 artigos sobre diversas áreas dos direitos fundamentais, incluídas as necessidades de proteção dos idosos, visando reforçar as diretrizes contidas na Política Nacional do Idoso (PNI).

Contextualizando o Estatuto do Idoso faz-se necessário apresentar seu objetivo que é consolidar direitos já assegurados na Constituição Federal de 1988, protegendo, principalmente, o idoso em situação de risco social. Além disso, é preciso que se renovem as exigências para o atendimento dessa grande parcela da população, uma vez que acontecem de maneira cada vez mais rápida as transformações em nossa sociedade, seja no cenário político, econômico, social ou cultural, e que resultam em mudanças também das necessidades dos idosos.

O pontapé inicial para a discussão deste Estatuto foi o Projeto de Lei nº 3.561 de 1997, de iniciativa do movimento de aposentados, pensionistas e idosos vinculados a Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (COBAP). Foi instituída em 2000, na Câmara Federal uma comissão especial para tratar das questões relacionadas ao Estatuto e realizadas ainda em 2000 e 2001, Seminários Nacionais para discussões sobre a temática.

O Estatuto também pode ser considerado um documento, em que é estabelecida medidas repressivas penais e administrativas para quem não cumprir o que rege tal documento. Fazendo referencia às garantias de proteção integral aos

indivíduos que constituem a terceira idade, o Estatuto do Idoso dispõe em seu art. 2º que.

O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde, em condições de liberdade e dignidade (BRASIL, 2017, p. 11).

Fica esclarecido, que o idoso tem seus direitos garantidos, primeiramente na Constituição Federal de 1988. Em seu capítulo VII, artigo 230, está explícito que é dever da família cuidar de seu familiar idoso: "A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida".

Faz-se necessário acrescentar que o artigo 3º do Estatuto do Idoso, dispõe sobre as obrigações familiares e sociais com relação ao idoso. Além disso, afirma que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Estado assegurar à pessoa idosa a efetivação dos direitos à vida, à educação, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

De acordo com Gomes (2009) os artigos 11, 12, 13 e 14 em conformidade com o Código Civil tratam da prestação de alimentos ao idoso. Além disso, os referidos artigos abordam que é preciso garantir não apenas a alimentação da pessoa idosa, mas também sua sobrevivência. O conceito, portanto, tem de ser entendido de forma ampla, englobando alimentação, medicamentos, vestuário, habitação, lazer, saúde, entre outras despesas.

Assim, a pessoa idosa que precisar de ajuda financeira e não a obtiver de modo espontâneo deve, se necessário, interpor recurso judicial (ação de alimentos em face de seus familiares, ou seja, filhos, irmãos e netos maiores). Além disso, a obrigação alimentar é solidária, podendo o idoso optar, entre os prestadores, a quem demandar seu direito. Portanto, se a família não possui condições de lhe prestar alimentos, impõe-se ao poder público esse provimento, competindo tal

responsabilidade à assistência social, conforme dispõe a lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Se por acaso a família não amparar seu idoso e por ventura vier abandoná-lo estará descumprindo a Lei que o protege e o não cumprimento acarretará em penalidades, de acordo com o artigo 98 do Estatuto do Idoso: "Abandonar o idoso em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres, ou não prover suas necessidades básicas, quando obrigado por lei ou mandato: Pena – detenção de 6 (seis) meses a 3 (três) anos e multa".

De acordo com as Recomendações do Plano de Ação Mundial sobre o envelhecimento (aprovado em 1982), a família é a principal instância de apoio e cuidado com os idosos. Mas, os idosos não encontram mais todo o apoio que necessita no núcleo familiar, devido às transformações da estrutura familiar, em decorrência da urbanização, da inserção da mulher no mercado de trabalho e da diminuição das famílias extensas, somada as dificuldades econômicas, entre outros fatores.

O Estatuto do Idoso considera a pessoa idosa com faixa etária a partir de 60 anos de idade e potencialmente ativa (assim chamada "designadas"). Entretanto, a projeção feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE afirma que no ano de 2050 para cada pessoa com 65 anos ou mais de idade estavam pelo menos 12 na faixa etária potencialmente ativa (compreendida entre 15 a 64 anos de idade). Atualmente existe no Brasil cerca de 15 milhões de idoso

Faz-se necessário acrescentar que a Política Nacional do Idoso (PNI), e o Estatuto do Idoso visam assegurar os direitos da pessoa idosa, promove sua autonomia, integração e participação na sociedade, através de programas nacionais dos Ministérios e também trazem respostas a este novo problema. Tem que se ter consciência e saber que a velhice é um processo natural e ocorre de maneira diferente em cada pessoa sendo que isso não significa que a pessoa vai adquirir um determinado tipo de doença. Na terceira idade o idoso fica mais sensível, surgem algumas incapacidades físicas, cognitivas e dificuldades de memorização. Essas situações levam o idoso a depender totalmente de alguém principalmente dos cuidados da família.

## 1.4 Pessoa Idosa e a Família

A família é à base de cuidados de seus idosos, como aborda a legislação vigente e como se analisou na seção anterior. A família é vista como principal cuidadora, sendo dever legal cuidar dos seus membros que envelhecem. Em conformidade com o Estatuto do Idoso, o idoso tem direito a moradia digna, no entanto, o mesmo estatuto recomenda a institucionalização somente para pessoas idosas sem família, colocando a institucionalização como último recurso. Como se pode observar no Estatuto do Idoso em seu capítulo IX:

Art. 37. O idoso tem direito a moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhado de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada. § 1.º A assistência integral na modalidade de entidade de longa permanência será prestada quando verificada inexistência de grupo familiar, casa-lar, abandono ou carência de recursos financeiros próprios ou da família (Lei nº 10.741/2003).

De acordo com Fonseca (2004) as transformações ocorridas na família ocorreram de maneira gradativa, sendo que, até pouco tempo atrás, mudanças, como baixa taxa de natalidade, aumento do divórcio, entre outras, eram consideradas como sinal de crise e/ou declínio das relações familiares. Mas a autora afirma que, longe de definharem, as relações familiares estão ganhando nova vida com as transformações históricas.

A família é extremamente importante na vida dos idosos, no entanto o convívio familiar pode gerar enormes conflitos, é necessário que os integrantes busquem entender o comportamento das pessoas na terceira idade. É no seio da família que podemos participar de um ambiente onde há de possibilidade identificação, pela construção de nossa individualidade em companheirismo, respeito e dignidade.

A família vai ser a concretização de uma forma de viver os fatos básicos da vida, se relacionando com o parentesco, mas não se confundindo com ele. O parentesco é uma estrutura formal que resulta de relações consanguíneas entre irmãos; da relação de descendência entre pai e filho e mãe e filho e da relação de afinidade que se dá através do casamento. Esta é uma estrutura universal e qualquer sociedade humana se forma pela combinação destas relações (SARTI, 1993, p. 94).

Para manter um idoso em casa, junto à família é imprescindível que esta venha a colaborar para atender as necessidades, deixando a casa adaptada para facilitar a locomoção, prevenindo quedas e tomando os cuidados indispensáveis para a alimentação diferenciada, porém em algumas situações isso não é possível fazendo com que as pessoas os coloquem em abrigos especializados em cuidar de idosos.

Algumas famílias encontram nas instituições de abrigo uma alternativa quando a tarefa de cuidar se torna muito difícil. Porém apesar de serem acolhidos nas instituições e de serem bem cuidados nas mesmas, muitos idosos sentem a falta do afeto familiar e do convívio com a família, é comum as famílias deixarem os idosos nesses abrigos e os visitarem somente em datas comemorativas tais como: aniversários, dias das mães, dia dos pais e natal.

Outro fator determinante para o familiar tornar-se o cuidador é a obrigação e/ou dever que o mesmo tem para com o idoso. Isto pode ser entendido como um sentimento natural e subjetivo ligado a um compromisso que foi sendo construído ao longo da convivência familiar (KARSCH, 2003, p.861).

Embora seja papel fundamental da família cuidar de seus idosos, Alcântara (2004) faz um alerta sobre as transformações históricas da família e da redução no número dos membros na família, na sociedade moderna, movida pelo mundo do trabalho, os cuidados e as funções que eram concentradas no âmbito doméstico passaram a ser absorvidas por outras instituições. Isto ocorre, principalmente, porque as mulheres, que antes cuidavam dos filhos, pais e avós, foram absorvidas pelo mercado de trabalho e, assim, esses cuidados foram transferidos a outras instituições. Amado (2012) explica que.

A velhice sem projeção passa a ser um problema e um momento de estresse para a família, os idosos são considerados incômodos quando ocupam espaços e alteram a estrutura familiar. A doença é um dos motivos que causa dependência da pessoa idosa dos demais membros de sua família, como filhos e netos. Nesta fase, os conflitos das fases anteriores podem vir a ser resolvidos ou não, podendo direcionar essa etapa do ciclo familiar para o final, com a chegada da velhice, ou para uma etapa da vida como outra qualquer, com suas características específicas e novas demandas aos indivíduos que a vivem, sendo um momento de transição com dois aspectos importantes: a ruptura e a continuidade (AMADO, 2012, p. 42)

Como podemos perceber na citação acima, quando o envelhecimento passa ser visto como um problema, o idoso acaba sendo colocado em uma posição negativa de sua existência; com isso, a perspectiva de presente e de futuro se fecha e faz nascer um sentimento de perda da própria existência. Além disso, o envelhecimento torna-se cada vez difícil quando a pessoa idosa é acometida de alguma doença crônica, grave ou degenerativa, com isso é necessário um cuidado intenso; pois a perda de autonomia para as atividades da vida diária, geralmente, é o primeiro fator a ser verificado.

Fraiman (1994) considera que é trabalhoso para a família perceber que o idoso, apesar do envelhecimento físico, pode se manter jovem psicologicamente, aumentando laços, participando de grupos de convivência e demonstrando estar aberto a novos relacionamentos, uma vez que amar faz parte da vida do ser humano. De acordo com Born (2006):

Os estudos sobre o envelhecimento mostram que a saúde na velhice depende muito de hábitos de vida saudáveis e de cuidados que a pessoa recebeu ao longo de toda a vida, a partir da infância e até mesmo antes de nascer. Esses estudos permitem afirmar que velhice não é doença. No entanto, sabemos também, que as pessoas idosas são, em geral, mais vulneráveis, isto é, ficam mais sujeitas a adoecer e, quando adoecem, demoram mais para sarar. Esta é a razão por que o Brasil passou a realizar campanhas de vacinação contra a influenza (gripe) das pessoas de 60 anos e mais. Numa população envelhecida, isto é, onde há grande proporção de pessoas de 60 anos e mais, em relação aquelas que têm menos de 15 anos, há aumento de doenças crônicas, isto é, doenças que não tem cura, como pressão alta, diabetes, reumatismos, doenças do coração, do pulmão, do fígado, demência, câncer etc. que podem deixar marcas e complicações, levando a incapacidades, dependência, necessidade de cuidados de longa duração e instituições de longa permanência. (BORN, 2006, p. 113).

O Estatuto do Idoso diz que é obrigação da família cuidar do idoso e que essa responsabilidade deve ser estendida ao Estado e a sociedade civil, conforme podemos evidenciar no Art. 3º do referido Estatuto, em que descreve que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Embora a Constituição Federal (Brasil, 1988), a Política Nacional do Idoso (Brasil, 1994) e a Política Nacional de Saúde do Idoso (Brasil, 1999) apontem a

família como responsável pelo atendimento às necessidades do idoso, até agora o delineamento de um sistema de apoio às famílias e a definição das responsabilidades das instâncias de cuidados formais e informais, na prática, não aconteceram. O sistema de saúde, público ou privado, não está preparado para atender a demanda de idosos que cresce a cada dia nem a de seus familiares. A seguir vamos apresentar como o idoso se insere na sociedade.

### **1.5 Inserção do idoso na sociedade**

Iniciamos a discussão abordando que a população brasileira de terceira idade vem aumentando sua longevidade e sua inserção em sociedade está cada vez maior. Isso se deve ao fato de os mesmos estarem buscando novas alternativas para melhorar a sua qualidade de vida. Este fato provoca a discussão e necessidade de novas políticas públicas que sejam mais amplas, com leis específicas, que proporcionem a proteção em todo curso de vida, nos espaços públicos onde as pessoas da terceira idade acessem os serviços sem restrições e barreiras que dificultam a movimentação de forma autônoma, independente da classe socioeconômica e não permitindo que a idade seja um motivo de impedimento de qualquer natureza (BRASIL, 2005). Areosa (2007) apresenta um ponto muito importante acerca das novas configurações familiares, a partir do idoso como provedor.

A aposentadoria tem se transformado na única fonte de renda de 12 milhões de famílias brasileiras, como demonstram os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). A realidade do idoso enquanto chefe de família no Brasil faz com que o filho adulto (quando termina o casamento ou fica desempregado) acabe voltando para a casa dos pais. A família faz a mediação entre o mercado e os indivíduos, pois distribui rendimentos entre seus membros, quer participem ou não de sua geração, assim como, faz a intermediação entre o Estado e o indivíduo, redistribuindo, direta ou indiretamente, os benefícios recebidos. Este idoso, cada vez mais, está redistribuindo sua aposentadoria ou pensão entre os seus familiares pessoas que vivem com ele e, que não estão conseguindo se sustentar (AREOSA, 2007, p. 140).

A cada dia o idoso passa a ser provedor das famílias, exercendo novamente o papel de “chefe da casa”. Uma das formas de inserção do idoso na sociedade é

meio das lutas diárias por garantia de direitos. É necessário apresentar um percurso histórico de como o idoso se inseriu nessa sociedade que cada vez mais tem excluído esse segmento, que de fato socialmente é tão importante.

Abordando sobre velhice e idoso na sociedade atualmente podemos verificar que diferente do modelo capitalista que trata o idoso como um ser sem utilidade, os especialistas no estudo do envelhecimento referem-se a três grupos de pessoas mais velhas: os idosos jovens, os idosos velhos e os idosos mais velhos. Conforme nos explicam Papalia, Olds e Feldman (2006), o termo idoso jovem geralmente se refere a pessoas de 65 a 74 anos, que costumam estarem ativas cheias de vida e vigorosas. Os idosos velhos, de 75 a 84 anos, e os idosos mais velhos, de 85 anos ou mais, são aqueles que têm maior tendência para a fraqueza e para a enfermidade, e podem ter dificuldade para desempenhar algumas atividades da vida diária.

Para Simões (1998) a trajetória da vida do ser humano inicia-se com a vida intrauterina, seguindo-se com a infância, adolescência, casamento, procriação, criação dos filhos, trazendo um conjunto de estruturas e funções das mais simples até as mais complexas, dando continuidade pela aposentadoria, vindo a velhice e, conseqüentemente, a morte. Junto com este ciclo, muitas transformações corporais vêm acompanhadas e certamente muitas limitações, aceitações ou amarguras.

Salientamos que idoso não pode ser tratado com um individuo sem utilidade e carregado de doenças, mas que vivenciou na juventude e na maturidade papéis sociais, que aos poucos foram sendo apagados ou desconsiderados. Além disso, teve sua representatividade no mercado de trabalho e também na sua família, enquanto pai, mãe ou chefe da mesma. Porém, podemos perceber que com o passar dos anos, estes papéis vão se perdendo.

Por fim, acrescentamos que o idoso possui grande sabedoria, devido à sua grande experiência de vida profissional, social, emocional, psicológica e comportamental possibilita aos mais jovens oportunidades de compartilhamento de saber com um nível considerável de qualidade de informação. A seguir vamos fazer uma contextualização acerca da população em situação de rua, apresentando aspectos relevantes sobre esse segmento.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO ACERCA DE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

De casa para rua é assim que as pessoas em situação de rua podem ser caracterizadas, em que antes de tinha um lar e hoje a rua se torna um refugio para essas pessoas. Neste capítulo faremos uma contextualização acerca da população em situação de rua, abordando como a exclusão social afeta a reinserção dessas pessoas.

Ademais, faz-se necessário acrescentar que ter a rua como moradia tem muitos significados para essas pessoas, pois é algo complexo, ou seja; que abrange muitos elementos e diferentes opiniões, já que envolve seres humanos, tanto os quais estão no processo ou aqueles que estudam sobre o assunto, além dos que observam e não se envolvem por várias razões.

### 2.1 População em situação de rua: alguns aspectos importantes para a sua compreensão

Iniciamos a discussão acerca da população em situação de rua relatando que esse segmento se insere em um contexto social, muitas vezes resultante de conflitos, desigualdades sociais e outras expressões da questão social<sup>6</sup> ocorridas do modo como se estrutura e se organiza o sistema capitalista. Além disso, a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, diz que às três características que a população de rua apresenta em comum, são elas: a pobreza extrema, a fragilização e ou rompimento dos vínculos familiares e a ausência de moradia convencional regular. De acordo com Silva (2006).

[...] pode-se dizer que o fenômeno população em situação de rua vincula-se à estrutura da sociedade capitalista e possui uma multiplicidade de fatores de natureza imediata que o determinam. Na contemporaneidade, constitui uma expressão radical da questão social, localiza-se nos grandes centros urbanos, sendo que as pessoas por ele atingidas são estigmatizadas e enfrentam o preconceito como marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade. É um fenômeno que tem características gerais,

---

<sup>6</sup> A expressão “questão social” começa a ser empregada maciçamente a partir da separação positivista, no pensamento conservador, entre o econômico e o social, dissociando as questões tipicamente econômicas das “questões sociais” (NETTO, 2001, p. 42).

porém possui particularidades vinculadas ao território em que se manifesta. No Brasil, essas particularidades são bem definidas. Há uma tendência à naturalização do fenômeno, que no país se faz acompanhada da quase inexistência de dados e informações científicas sobre o mesmo e da inexistência de políticas públicas para enfrentá-lo (SILVA, 2006, p.95).

O processo de criminalização que ocorre com as pessoas em situação de rua pode ser decorrência da falta de acesso ao mercado de trabalho, pelo preconceito e estigma em várias instâncias, em que acarreta a exclusão social contra essas pessoas.

Mais do que mera medida repressiva, a criminalização dos que defendem os direitos sociais e econômicos integra uma agenda política mais ampla que tem levado à criação de um novo regime que pode ser caracterizado como "liberal paternalismo". Ele é liberal no topo, para com o capital e as classes privilegiadas, produzindo o aumento da desigualdade social e da marginalidade; e paternalista e punitivo na base, para com aqueles já desestabilizados seja pela conjunção da reestruturação do emprego com o enfraquecimento da proteção do Estado de bem-estar social, seja pela reconversão de ambos em instrumentos para vigiar os pobres (WACQUANT, 2003, p. 73).

Durante a realização da pesquisa em campo (Praça do Ferreira, Fortaleza/CE) foi possível observar que o processo de criminalização das pessoas em situação de rua ainda é muito expressivo e isso provoca uma forte exclusão social como foi dito anteriormente, ausência de condições das próprias necessidades. Além disso, existe a negação de acesso aos serviços básicos e públicos, como saúde e educação, e o que é pior, o julgamento moral e preconceito e a não adaptação das políticas para essa população.

Para que possamos entender como a criminalização afeta diretamente as pessoas em situação de rua é importante apresentar como a exclusão social se tornou um grande problema para a sociedade e de que forma isso foi acontecendo ao longo dos anos. Alguns autores trazem discussões que nos faz refletir sobre essa problemática que existe até os dias de hoje e faz cada vez mais as pessoas viverem esse grande dilema da exclusão social.

No Brasil a exclusão social é fruto de um complexo contexto histórico, que engloba as peculiaridades da nossa colonização, do regime escravocrata e das

políticas públicas educacionais tímidas ao longo do Século XX. Dessa forma, pode-se citar o primeiro conceito de exclusão social como sendo

[...] inseparável de cidadania, que se refere aos direitos que as pessoas têm de participar da sociedade e usufruir certos benefícios considerados essenciais. A literatura costuma distinguir três tipos de direito – os direitos civis, políticos e sociais (REIS; SCHWARTZMAN, 2007, p. 6).

Embora se tenha conhecimento que a exclusão social acarreta um série de problemas para a sociedade, Costa (2001), relata que o conceito de exclusão, só ganha de fato espaço, no domínio político em meados da década de 1990, sendo o seu uso generalizado. Porém se trata de uma fase extrema do processo de marginalização, que é entendido como um percurso descendente, ao longo do qual se verificam sucessivas rupturas na relação do indivíduo com a sociedade.

[...] a exclusão social manifesta-se crescentemente como um fenômeno transdisciplinar que diz respeito tanto ao não acesso a bens e serviços básicos, como à existência de segmentos sociais sobrando de estratégias restritas de desenvolvimento socioeconômico, passando pela exclusão dos direitos humanos, de seguridade e segurança pública, da terra, do trabalho e da renda suficiente (CAMPOS *et al.*, 2004, p. 33).

Como o autor supracitado indica a exclusão social esta mais presente especificamente em segmentos sociais que não possuem acesso as políticas que são ofertadas a sociedade, acarretando uma carência em relação ao desenvolvimento econômico. Em que podemos considerar que a população em situação de rua é que se enquadra prioritariamente nesse conceito apresentado pelo autor. É de fato um segmento sobrando da nossa sociedade, em que não se tem uma assistência efetiva para essas pessoas.

A exclusão social hoje pode ser comparada com a universalidade e com ela aos direitos sociais e da cidadania, porém segundo Sposati (1998) a exclusão social pode ser compreendida como uma negação da cidadania. Desta forma Castel (2000, p. 22), refletindo sobre o que representa a exclusão afirma que ela

[...] se dá efetivamente pelo estado de todos os que se encontram fora dos circuitos vivos das trocas sociais. Não se nasce excluído, não se esteve

sempre excluído, a não ser que se trate de um caso muito especial. Pessoas que sempre estiveram à margem da sociedade, nunca entraram nos circuitos habituais do trabalho e da sociabilidade ordinária, vivem entre si e se reproduzem de geração em geração, etc. não se trata mais de uma pobreza residual, de alguma forma intemporal, mas de uma novidade que exige análises novas, porque representa o que hoje há de inédito na conjuntura social.

Fazendo uma reflexão sobre a fala do autor citado acima, podemos verificar que a exclusão social não se restringe a uma quantidade de direitos ou a um segmento da população, mas de um problema que cresce a cada dia e com difíceis variáveis de controlar, pois esse fenômeno não se apresenta com uma situação isolada, mas como um problema de inserção de segmentos sobrantes em uma sociedade cada vez mais excludente.

## **2.2 Política Nacional para inclusão social da população em situação de rua (PNPR)**

Antes de iniciarmos a discussão acerca da Política Nacional para População em Situação de Rua, faz-se necessário acrescentar que foi a partir da implantação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, e do Sistema único de Assistência Social (SUAS) em 2005 que houve um importante avanço nas alternativas para atendimento das populações em situação de rua, conforme explica Prates (2013),

Ao definir o público usuário, a PNAS, embora não mencione explicitamente o segmento população em situação de rua, ressalta seu direcionamento a sujeitos que vivenciam processos de subalternização e violação de direitos. Destaca-se que os diversos estudos realizados com esses sujeitos mostram que realizam estratégias de sobrevivência que podem representar risco pessoal ou social; o uso de substâncias psicoativas, inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho, pobreza e dificuldades no acesso a políticas públicas, todos os aspectos ressaltados na PNAS como processos de vulnerabilidade social. O SUAS, que busca normatizar a materialização da política em todo o território nacional a partir de níveis de proteção contempla o atendimento dos sujeitos em situação de rua apenas no nível da proteção especial. Estudos recentes de mestrado (ARAÚJO, 2012) problematizam a falta de alternativas no âmbito da proteção básica para inclusão dessa população, destacando a importância do caráter preventivo

da política, previsto no texto legal e a ausência de um diálogo mais efetivo entre proteção básica e especial<sup>7</sup> (PRATES et al., 2013, p. 4).

Implantada pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, a Política Nacional para População em Situação de Rua (PNPR) é composta de 16 artigos, no qual são distribuídos e especificados todos os processos de execução da política nos planos nacional, estadual e municipal. Vale salientar que a referida política tem os princípios, diretrizes e objetivos orientam gestores e usuários que se utilizam dessa ferramenta tão importante para garantia dos direitos da população em situação de rua.

O Art. 4º da PNPR (2008, p. 1) estabelece que “O Poder Executivo Federal poderá firmar convênios com entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, para o desenvolvimento e a execução de projetos que beneficiem a população em situação de rua”. O que podemos perceber é a possibilidade de parceria entre o público e o privado, porém o que se percebe atualmente é o campo privado atuando fortemente nas políticas públicas que eram para ser garantidas pelo Estado.

Apresentando um exemplo do que acontece em Fortaleza podemos citar a ação conhecida como “Kombi do Hapvida” que oferece o Sopão da Vida<sup>8</sup>, por meio da Fundação Ana Lima, pertencente à empresa de saúde privada HapVida. É importante acrescentar que todas as ações que sejam voltadas para a População em situação de rua têm que esta de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos que orientam a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

De acordo com o Art. 5º do decreto 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Os princípios, resguardados para a população em situação de rua são, primeiramente, a igualdade e a equidade e em seguida temos:

---

<sup>7</sup> É um conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo prestar atendimento especializado a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social e violação de direitos, visando ao fortalecimento de suas potencialidades e a sua proteção. Compõe a proteção social especial alguns serviços direcionados a sujeitos e famílias em situação de rua, tais como: abrigos, albergues, serviços de atendimento social de rua e repúblicas e casas de convivência recentemente reordenadas e transformadas em Centros Pop (GOMES, 2008).

<sup>8</sup> O Sopão da Vida é um programa desenvolvido nas cidades de Fortaleza (CE), Maracanaú (CE), Recife (PE), Natal (RN), Salvador (BA) e Belém (PA). O Hapvida, por meio desse projeto, distribui diariamente 1.250 refeições para moradores de rua de seis cidades do Norte e do Nordeste do País. (Disponível em: <[https://www.maxpress.com.br/Conteudo/1,717412,\\_Sopao\\_da\\_Vida\\_garante\\_Refeicao\\_diaria\\_a\\_morador\\_de\\_rua,717412,7.html](https://www.maxpress.com.br/Conteudo/1,717412,_Sopao_da_Vida_garante_Refeicao_diaria_a_morador_de_rua,717412,7.html)>. Acesso em: 22 abr 2018).

I - respeito à dignidade da pessoa humana;  
 II - direito à convivência familiar e comunitária;  
 III - valorização e respeito à vida e à cidadania;  
 IV - atendimento humanizado e universalizado; e  
 V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência (VADE MECUM DO SERVIÇO SOCIAL, 2014, p. 298).

Fazendo uma reflexão acerca dos incisos do referido decreto, evidenciamos que embora se fale em direito a convivência familiar o que se percebe é um grande aumento de pessoas saindo de seu convívio familiar para morar na rua por motivos diversos como ditos anteriormente. Além disso, ferindo o inciso V do referido decreto, que preza pelo respeito às condições sociais, o que se percebe é um grande preconceito com as pessoas que estão em situação de rua. Destacamos que no artigo 6º, o decreto apresenta as diretrizes que devem nortear a execução da PNPR, conforme podemos observar a seguir:

I - promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais;  
 II - responsabilidade do poder público pela sua elaboração e financiamento;  
 III - articulação das políticas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal;  
 IV - integração das políticas públicas em cada nível de governo;  
 V - integração dos esforços do poder público e da sociedade civil para sua execução;  
 VI - participação da sociedade civil, por meio de entidades, fóruns e organizações da população em situação de rua, na elaboração, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;  
 VII - incentivo e apoio à organização da população em situação de rua e à sua participação nas diversas instâncias de formulação, controle social, monitoramento e avaliação das políticas públicas;  
 VIII - respeito às singularidades de cada território e ao aproveitamento das potencialidades e recursos locais e regionais na elaboração, desenvolvimento, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas;  
 IX - implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito, e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional; e  
 X - democratização do acesso e fruição dos espaços e serviços públicos. (VADE MECUM DO SERVIÇO SOCIAL, 2014, p. 298).

A PNPR é composta de dez incisos que na nossa visão de pesquisador são de fundamental importância para a valorização da pessoa humana. É possível perceber uma definição de compromisso dos poderes com a integralidade desse segmento social. Acrescentamos que a garantia da integralidade e dos direitos dos cidadãos é uma importante diretriz constitucional, cujo objetivo é a preservação

física e psíquica como forma de enfrentar, de forma digna, a exclusão dessas pessoas da vida em sociedade (NOGUEIRA, 2014).

Ainda se referindo ao art. 6º evidenciamos nos últimos incisos o respeito às singularidades de cada território, considerando suas potencialidades, ou seja, a implantação de ações educativas para superação do preconceito. Posteriormente vamos apresentar algumas ações que são realizadas na cidade de Fortaleza - CE para as pessoas em situação de rua, como forma de inserção social. Outro ponto importante do decreto é o Art. 7º que estabelece os objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua, conforme está expresso a seguir:

I - assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda;

II - garantir a formação e capacitação permanente de profissionais e gestores para atuação no desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais, transversais e intergovernamentais direcionadas às pessoas em situação de rua;

III - instituir a contagem oficial da população em situação de rua;

IV - produzir, sistematizar e disseminar dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede existente de cobertura de serviços públicos à população em situação de rua;

V - desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos; (VADE MECUM DO SERVIÇO SOCIAL, 2014, p. 299).

Logo no primeiro inciso do art. 7º se evidencia que o acesso as políticas públicas da população em situação de rua deve ser amplo e efetivo, através das políticas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda. Destacamos que deve haver um acolhimento humanizado visando à inserção social dessas pessoas em ações e programas voltadas para integração e qualidade de vida dos indivíduos. Dando continuidade a análise dos incisos do art. 7º se percebe que existe uma preocupação em:

VI - incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento;

- VII - implantar centros de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua;
- VIII - incentivar a criação, divulgação e disponibilização de canais de comunicação para o recebimento de denúncias de violência contra a população em situação de rua, bem como de sugestões para o aperfeiçoamento e melhoria das políticas públicas voltadas para este segmento;
- IX - proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica;
- X - criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços;
- XI - adotar padrão básico de qualidade, segurança e conforto na estruturação e reestruturação dos serviços de acolhimento temporários, de acordo com o disposto no art. 8<sup>o</sup>;
- XII - implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social;
- XIII - implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficientes para proporcionar acesso permanente à alimentação pela população em situação de rua à alimentação, com qualidade; e
- XIV - disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho (VADE MECUM DO SERVIÇO SOCIAL, 2014, p. 299)

O inciso VII e o XII pontua sobre a implantação e a implementação de centros de defesa dos direitos humanos específicos para a população em situação de rua no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social. Na cidade de Fortaleza existe o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua<sup>9</sup> (Centro Pop Centro) e o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop Benfica) que auxiliam no acesso aos direitos assistidos aos mesmos. Ademais, o último inciso XIV ressalta sobre a importância da qualificação profissional das pessoas em situação de rua.

### **2.3 Programas e equipamentos voltados para População em Situação de Rua em Fortaleza/CE**

A população em situação de rua que vive nas ruas da Cidade de Fortaleza conta com vários serviços que auxiliam na garantia de direitos e acesso a políticas

<sup>9</sup> De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua é uma unidade pública voltada para o atendimento especializado à população em situação de rua. Deve ofertar, obrigatoriamente, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, que realiza atendimentos individuais e coletivos, oficinas e atividades de convívio e socialização, além de ações que incentivem o protagonismo e a participação social das pessoas em situação de rua.

públicas. A seguir, vamos apresentar algumas dessas ações que são ofertadas pela Prefeitura Municipal de Fortaleza por meio da Secretaria dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS). Salientamos todas as informações foram coletadas do *site*<sup>10</sup> da referida prefeitura.

O primeiro serviço que é desenvolvida para a população em situação de rua é o Acolhimento para Pessoas em Situação de Rua que esta localizada atualmente na Avenida Osório de Paiva, nº 2 no bairro: Parangaba. Acrescentamos que para ter acesso aos serviços ofertados pelos abrigos de acolhimento os usuários devem ser encaminhados pelos (CENTRO POP) e pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). Além disso, esses equipamentos recebem homens, mulheres e famílias. Cada uma das unidades conta com atendimento integral durante 24 horas ininterruptas, onde os usuários acolhidos têm acesso a quatro refeições durante o dia, além de atender as necessidades de higiene e limpeza bem como a segurança durante o sono.

O Centro de Convivência para Pessoas em Situação de Rua é destinado para pessoas em situação de rua adultas de ambos os sexos, acompanhados ou não de filhos. O referido centro está situado na Rua Sólon Pinheiro, 898 no Centro de Fortaleza. Acrescentamos que para ter acesso ao Centro de Convivência pode ser realizado das seguintes maneiras: por demanda espontânea (quando o usuário busca por conta própria os serviços da instituição), através de encaminhamentos realizados pelo Serviço Especializado em Abordagem Social da Secretaria dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, ou por outros serviços, programas ou projetos da rede socioassistencial, demais políticas públicas setoriais ou órgãos de defesa dos direitos.

O usuário que busca o Centro de Convivência para Pessoas em Situação de Rua tem acesso a atividades de sociabilidade e convivência, cursos profissionalizantes, além de oferecer serviço de lavagem e secagem de roupa e alimentação. Um dos principais objetivos do centro de convivência é assegurar atendimento com atividades direcionadas e programadas para o desenvolvimento de sociabilidade que oportunizem a construção do processo de saída das ruas.

---

<sup>10</sup> Disponível em: < <https://catalogodeservicos.fortaleza.ce.gov.br/categoria/social>>. Acesso em: 30 abr 2018.

Outro importante equipamento para acesso das pessoas em situação de rua é o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CENTRO POP) na cidade de Fortaleza os moradores de rua podem ser atendidos em dois endereços, na Avenida da Universidade, 3215 no bairro Benfica e na Rua Antônio Pompeu, 134, no centro da Cidade. Considerado como um espaço referência para que qualquer pessoa em situação de rua o CENTRO POP, oferece a seus usuários acesso à documentação oficial, Cadastro Único para Programas Sociais, realizar higiene pessoal, atividades socioeducativas e artísticas. Além de atendimento especializado por profissionais que auxiliem a resolução das suas demandas. O Atendimento os usuários é por ordem de chegada e de acordo com a demanda apresentada por cada pessoa.

A Pousada Social é mais um estabelecimento que oferece aos moradores de rua um local que garante segurança de acolhida noturna e temporária a indivíduos adultos em situação de rua. A pousada esta situada no centro da cidade, especificamente na Rua Sólon Pinheiro, 898. O tempo de permanência na Pousada dos usuários é indefinido e está disponibilizado enquanto o usuário necessitar. Para ter acesso a Pousada Social é necessário que o usuário esteja em atendimento no Centro de Convivência para Pessoas Adultas em Situação de Rua e em atendimento no Centro Pop.

Destinados para crianças, adolescentes e jovens de ter de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos incompletos e em situação de rua. O programa Ponto de Encontro tem como objetivo prestar um serviço ofertado, de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras.

Outra característica do referido programa é que o mesmo busca a resolução de necessidades imediatas e promove a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos. O contato com os moradores de rua se dá por meio de educadores sociais que realizam abordagens sociais em locais onde há presença de crianças e adolescentes em situação de rua. É importante acrescentar que durante a abordagem, são respeitadas as seguintes etapas: identificação, aproximação, construção dos vínculos e encaminhamento à rede socioassistencial. O Programa

Ponto de Encontro esta situado na Rua Guilherme Rocha, 1503, no bairro Jacarecanga.

O Serviço de Abordagem Social é um serviço contínuo e programado, que tem por objetivo desenvolver trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique nos territórios situação de riscos sociais, como: trabalho infantil; situação de rua; entre outros. Acrescentamos que esse serviço ocorre por meio de identificação de pessoas e famílias em situação de risco pessoal e social pelo serviço de abordagem que é realizado nos espaços públicos. Esses serviços são destinados a Crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia ou em situação de trabalho infantil. Destacamos que os espaços físicos desse serviço estão distribuídos nas regionais<sup>11</sup>.

A população em situação de Rua em Fortaleza conta também com o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e se objetiva em dá apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça e violação de direitos e tem como público-alvo os usuários atendidos no CREAS, principalmente, famílias com direitos violados, dentre eles, situações de abandono, exploração, abuso e violência sexual, trabalho infantil, drogadição e situação de rua. Esses serviços estão distribuídos entre as regionais espalhadas pela cidade.

Para ter acesso aos serviços ofertados pelo PAEFI é necessário que O usuário seja encaminhado para um dos seis CREAS existentes na cidade de Fortaleza, por meio do Serviço Especializado em Abordagem Social, por outros serviços da assistência social ou de outras políticas públicas. Além disso, os usuários são orientados e encaminhados para os serviços da assistência social ou demais serviços oferecidos nos CREAS (orientação jurídica, apoio à família, apoio no acesso à documentação pessoal).

Por fim, embora se tenha programas voltados para a garantia do acesso a direitos e efetivação dos mesmos é necessário que se tenha respeito com essas pessoas que vivem uma diária exclusão nas ruas. São pessoas que vivem em

---

<sup>11</sup> A administração executiva da prefeitura está dividida em Secretarias Executivas Regionais (SERs) que são ao todo 7 (SER I, SER II, SER III, SER IV, SER V, SER VI e a regional do Centro). As SERs não têm área sobreposta à dos antigos distritos, que hoje não têm função administrativa, mas as sedes das SER são próximas aos núcleos desses cinco distritos históricos. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista\\_de\\_bairros\\_e\\_divis%C3%B5es\\_de\\_Fortaleza](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_bairros_e_divis%C3%B5es_de_Fortaleza)>. Acesso em: 30 abr. 2018.

vulnerabilidade social e que necessitam de orientações adequadas para acesso a políticas públicas e que através dessas políticas possam ser reinseridas a sociedade ou ao convívio familiar.

### 3 IDOSOS E RUA: O DESAFIO DE VIVER SOB VARIOS OLHARES

*Já faz muito tempo,  
Que a rua é a minha casa.  
Tem dias que como muito.  
Tem dias que como nada.*

*Minha vida não é triste,  
Triste é a minha situação.  
Há dias que sou agredido,  
E demonstro indignação.*

*Nunca quis morar na rua,  
Mais a vida obrigou.  
Tinha sonho como qualquer pessoa,  
Mais um dia fracassou.*

*Tentei um dia me mudar,  
Para buscar melhor condição.  
Mais que engano da minha cabeça,  
Fiquem sem abrigo, sem teto e sem  
chão.*

*Se vê alguém na rua,  
Não despreze, por favor!  
Somos pessoas humildes.  
Que a oportunidade acabou.*

**Lupercinio Lima**

#### 3.1 Campo da pesquisa

Para realização da pesquisa foi preciso delimitar um local para coleta de dados. Como é um local acessível e que contém grande concentração de pessoas em situação de rua, escolhemos a Praça do Ferreira para realização das entrevistas e observações para embasamento do estudo em pesquisa.

Iniciamos a discussão informando que a Praça do Ferreira esta situada no Centro da cidade de Fortaleza, possui uma área de 7.603 metros quadrados. Uma das curiosidades referentes à Praça é que seu nome é faz referência ao Boticário Ferreira que em 1871, enquanto presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, fez uma reforma na área e urbanizou o espaço. Após várias pesquisas,

a Praça do Ferreira foi oficialmente declarada Marco Histórico e Patrimonial de Fortaleza, através da lei municipal nº 8.605 de 20 de dezembro de 2001<sup>12</sup>.

**Figura 1.** Praça do Ferreira



Fonte: Página oficial da Prefeitura de Fortaleza

Um das referências marcantes do local é seu relógio que fica localizado no centro da praça. O relógio foi construído em 1933, foi projetado pelo engenheiro José Gonçalves da Justa, durante a gestão municipal de Raimundo Girão, em estilo Arte-Decó. Ficou popularmente conhecido como Coluna da Hora, mas em 1967 foi derrubado. Vindo a ser construída novamente em 1991, bastante diferente da primeira — que possuía estilo "Art Dèco" de cimento e pó de pedra — mas também significativa.

Em 1920, erguiam-se cinco artísticos quiosques que abrigavam quatro cafés em cada canto da praça. O Café Java, sendo o mais conhecido serviu como sede para as reuniões da Padaria Espiritual, fundada por Antonio Sales<sup>13</sup>. Godofredo Maciel fechou o poço central e mandou retirar os quiosques,

<sup>12</sup> Disponível em: < [https://pt.wikipedia.org/wiki/Pra%C3%A7a\\_do\\_Ferreira](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pra%C3%A7a_do_Ferreira)>. Acesso em: 25 abr 2018.

<sup>13</sup> Foi um romancista e poeta brasileiro que ocupou os cargos de secretário da justiça e do interior no tempo em que General Bezerril governou o estado do Ceará, além de deputado estadual. É muito lembrado como uma das figuras mais marcantes da literatura cearense por ter fundado a Padaria Espiritual juntamente com Adolfo Caminha, Antônio Bezerra, Lívio Barreto, Henrique Jorge, Juvenal Galeno e vários outros jovens intelectuais que formavam o círculo cultural de Fortaleza do fim do século XIX.

construiu um palanque ao ar livre e a banda da policia executava, todas as quintas feiras, suas sinfonias e também construiu jardins em uma reforma no ano de 1920 e em 1923 substituiu o palanque, por outro coberto<sup>14</sup>.

Considerado o coração de Fortaleza a Praça do Ferreira foi o local escolhido para a realização da coleta de dados para embasamento do estudo em pesquisa. Um local movimentado e procurado por muitos para conversar em um dos seus bancos, para descansar depois das compras. O local é palco de movimentos políticos e de reencontro de amigos. A Praça do Ferreira também é um local de refugio para as pessoas em situação de rua passar a noite e muitas vezes até o dia.

### **3.2 Perfil dos idosos entrevistados**

Com o intuito de entender como se caracterizam os idosos em situação de rua que vivem no centro de Fortaleza, especificamente na Praça do Ferreira, faz-se necessário apresentar o perfil socioeconômico dessas pessoas. O decreto nº 7.053, de 31 de dezembro de 2009 que Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua define população em situação de rua como.

[...] um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Como já foi dito nos capítulos anteriores a população em situação de rua pode ser caracterizada como pessoas pobres e que convivem diariamente com a exclusão social. Sobre as entrevistas, elas foram autorizadas pelos moradores de rua que estavam na Praça do Ferreira, no município de Fortaleza-CE. Ao todo foram entrevistadas cinco pessoas do sexo masculino, infelizmente, no período de ida ao campo, Praça do Ferreira, não havia a presença de nenhuma pessoa idosa em situação de rua do sexo feminino. Contudo, a pesquisa não se mostra falha nos resultados, uma vez que os objetivos foram alcançados. Na tabela abaixo é possível entender um breve perfil dessas pessoas.

---

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://www.abih-ce.com.br/it/ceara/pontos-turisticos/>>. Acesso em: 2 maio 2018.

**Tabela 1.** Caracterização dos sujeitos de acordo faixa etária, naturalidade, escolaridade, estado civil, sexo, cor/raça e estado civil.

NOME	IDADE	NATURALIDADE	ESCOLARIDADE	SEXO	COR/RAÇA	ESTADO CIVIL
Carbono	70	Fortaleza	Analfabeto	Masculino	Negro	Solteiro
Hidrogênio	65	Fortaleza	Ensino Fundamental incompleto	Masculino	Pardo	Solteiro
Nitrogênio	80	Sergipe	Ensino Fundamental incompleto	Masculino	Pardo	Viúvo
Oxigênio	63	Fortaleza	Ensino médio completo	Masculino	Negro	Divorciado
Prata	60	Morada Nova	Analfabeto	Masculino	Pardo	Casado

Fonte: Pesquisa direta (2018)

Faz-se necessário acrescentar que todos os dados coletados do quadro acima tiveram como base a garantia do sigilo para que as pessoas em situação de rua não tivessem suas identidades reveladas. Desse modo, os nomes dos mesmos que contribuíram com a pesquisa foram substituídos por nomes de elementos químicos, com a finalidade de manter em sigilo o nome dos sujeitos pesquisados.

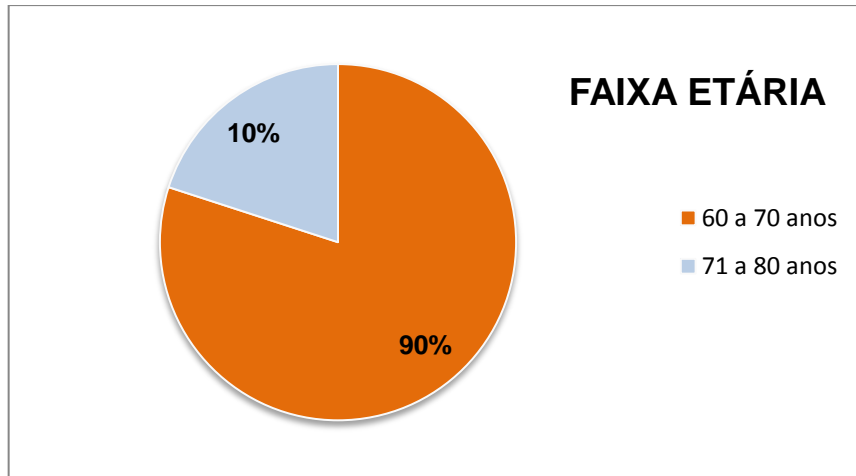
Antes de iniciarmos as análises dos questionamentos realizados em campo, algumas informações a mais sobre os entrevistados precisam descritas. Carbono começou a viver na rua desde que seus pais morreram, ele informou que já viveu amigavelmente com uma pessoa e com ela tem quatro filhos e que os mesmos o chamam para morar com eles, mas que só o procuraram depois que começou a receber sua aposentadoria, logo prefere viver na rua. Carbono afirma ainda que tem muito medo da polícia, pois segundo ele, a polícia chega com muita violência em suas abordagens. O entrevistado disse que tem muitos amigos na rua e que não tem inimigo, a rua tem suas regras e ele segue todas.

Hidrogênio nos disse que mora na rua desde que seus irmãos levaram seus pais para morar em outra cidade e ele resolveu ficar em Fortaleza. Ele relata que já viveu com uma pessoa por alguns anos, mas que não deu certo e ele voltou para a rua. Hidrogênio não tem filhos e não tem mais contato com seus familiares. Ele é aposentado e disse que com esse dinheiro paga um plano de saúde e que conhece muita gente no centro da cidade e que por causa disso tem muitos amigos que não vivem na rua.

Nitrogênio é uma pessoa mais quieta e não fala muito da família, embora tenha oito filhos. Ele disse que é uma pessoa muito exigente e que está na rua por que gosta, pois segundo ele, se relacionam muito bem com os demais moradores de rua. Tem um problema de visão que dificulta seu dia a dia na rua. Disse que só sai da rua se for para um abrigo bom e que não vise só o dinheiro.

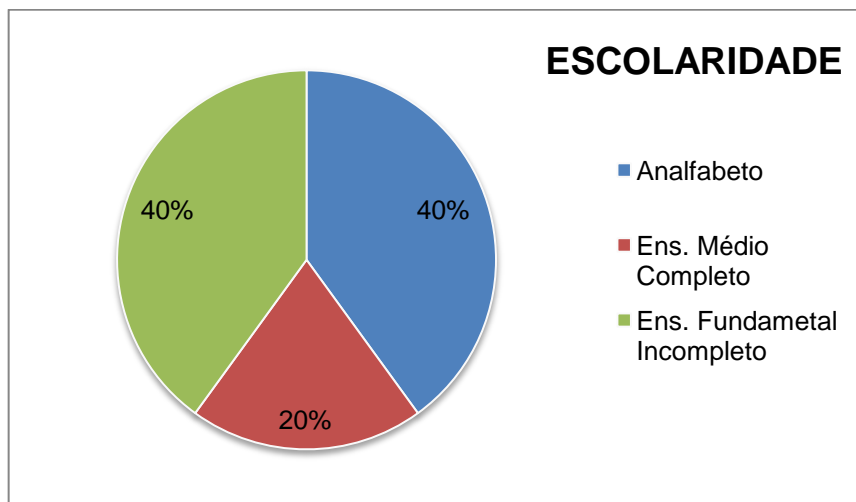
Oxigênio a todo o momento se culpa por estar sozinho, por ter largado sua família por conta do alcoolismo. Ele tinha uma companheira antes de ir para a rua e com ela tem três filhos, ao falar da filha mais nova, ele se emocionou por ter saudade da filha e o desejo de reencontrá-la, porém não sabe onde sua família está vivendo atualmente. Durante toda a entrevista Sr. Oxigênio chora e diz que bebe todas as noites para esquecer os problemas. Quando tinha dezoito anos, ele entrou para o exército, após dois anos que estava servindo o exército, saiu com o atestado de “doido”, expressão usada por ele. Porém ele disse que não aguentava mais aquele lugar, pois seus pais na época tinham morrido. A partir disso seu problema com o alcoolismo veio com mais força. Ao final da entrevista o Sr. Oxigênio relatou que pretende deixar o álcool e que precisa de apoio das pessoas, mas não encontra apoio de ninguém.

Prata relata que não se dá bem com a esposa e que vivem brigando. Ele tem uma casa e que deixou para a mulher viver com os quatro filhos. A todo o momento Prata fala que é uma pessoa violenta e que já foi agredido por arma de fogo e faca. Ele relata que sempre vai visitar a família, porém não fica em casa devido às brigas que sempre acontecem quando encontra a esposa, segundo Prata, as brigas acontecem por que ele é alcoólatra. Ao final da entrevista ele informou que não sente falta da família.

**Gráfico 1.** Caracterização dos entrevistados de acordo com a faixa etária

Fonte: Pesquisa direta (2018)

A partir do levantamento do perfil socioeconômico dos idosos em situação de rua que estão morando nas ruas do centro da cidade de Fortaleza/CE verificamos que 90% dos idosos têm idades entre 60 a 70 anos e 10% entre 71 a 80 anos. A vida nas ruas já é considerada difícil pelos mais jovens que se encontram nessa condição, imagina para as pessoas com idades avançadas, como é o caso dos idosos que são obrigados a viver diariamente com a exclusão social. Referente à faixa etária, faz-se necessário acrescentar que muitos se tornam velhos nas ruas.

**Gráfico 2.** Caracterização dos entrevistados de acordo com a escolaridade

Fonte: Pesquisa direta (2018)

A partir dos dados coletados em campo foi verificado que 40% dos entrevistados possuem ensino fundamental incompleto, 40% se declararam analfabetos e 20% possuem ensino fundamental completo, conforme demonstrado no gráfico acima. Além disso, foi possível constatar que nenhum dos entrevistados tinha ensino superior completo ou incompleto. Embora os dados apresentem uma baixa escolaridade das pessoas em situação de rua no centro da cidade. De acordo com a Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua (2008) essa situação não representa de forma ampla a situação de conhecimento da população em situação de rua, uma vez que também se encontram em tais condições pessoas com nível superior completo. A seguir vamos apresentar por meio das entrevistas realizadas em campo como é a realidade dos idosos que tem a Praça do Ferreira como moradia.

### **3.3 Realidade dos idosos que adotaram a Praça do Ferreira como moradia**

As entrevistas foram realizadas, apenas, na Praça do Ferreira, localizada no município de Fortaleza no Estado do Ceará, no período de abril a maio de 2018. O contato com o campo se deu entre os meses de abril e maio de 2018. Vale acrescentar que durante alguns anos sempre tive curiosidade em saber como as pessoas em situação vivem sobre diversos olhares. De acordo com o 1º Censo e Pesquisa Municipal sobre população em situação de rua realizado em 2014, revelou que Fortaleza tem 1718 pessoas em situação de rua, estando concentradas em maior número no Centro e Beira Mar.

Ao iniciar as entrevistas com as pessoas em situação de rua, percebemos que algumas demonstraram curiosidade em saber qual a finalidade e a importância da pesquisa. Alguns entrevistados demonstraram resistência no início, mas todos concordaram em auxiliar na realização da pesquisa. Foi apresentado e lido o Termo de Consentimento Livre Esclarecido para que os entrevistados ficassem cientes dos objetivos. Além disso, informamos e garantimos para todos que participaram da entrevista que o anonimato será garantido.

Iniciamos todas as entrevistas com a seguinte pergunta: Há quanto tempo você está morando na rua? Muitos dos entrevistados relataram que nem se lembram

da época que foram para as ruas, mas que faz muito tempo. O entrevistado Nitrogênio informou estar nas ruas há pelo menos 50 anos, já o entrevistado Oxigênio mora nas ruas há mais ou menos 4 anos. Por fim, Prata, o último a quem entrevistamos, informou que mora na rua já tem 26 anos. Durante a coleta de dados para embasamento do estudo da pesquisa, foi possível ver nos rostos de cada entrevistado as marcas que eles carregam, tanto fisicamente, quanto emocionalmente, marcas desse longo período morando nas ruas. Para Silva (2009) quanto maior o tempo de permanência nas ruas, mais fragilizado fica os vínculos familiares e afetivos, pois a convivência diária fortalece esses vínculos.

Por conseguinte, questionamos os entrevistados sobre os motivos que lhes fizeram ir morar nas ruas, percebemos que a maioria dos motivos foi devido ao rompimento de vínculo familiar, foi o motivo principal para essa tomada de decisão pela maioria dos entrevistados, conforme podemos evidenciar na fala do primeiro entrevistado, Carbono, que nos relatou que sua ida para as ruas foi desde que seus pais morreram, ficando sem moradia. O Hidrogênio nos informou que foi parar nas ruas quando seus irmãos levaram seus pais para o estado do Maranhão e ele não quis acompanhá-los por gostar de viver na cidade de Fortaleza.

Já Nitrogênio foi enfático ao responder que foi para a rua por gostar dela, por se sentir liberto nela. Oxigênio nos informou que foi o álcool o grande causador que o levou a viver na rua, deixando a família para trás. Prata disse que foi morar nas ruas porque brigou com a família e não tinha como pagar aluguel. Para Ferreira et al., (2007) existem quatro grandes grupos de fatores que levam esses sujeitos a terem a rua como moradia, assim podem ser divididos em: experiências de violências, uso e abuso de drogas, desemprego e problemas de saúde.

Ao serem questionados sobre qual o significado que a rua tem para eles, eles responderam da seguinte forma: Carbono nos disse que a rua lhe transmite tranquilidade, pois o mesmo afirma que é uma pessoa digna. Já para Hidrogênio a rua pode ser configurada como um significado que acarreta perigo, pois segundo o mesmo na rua tem muita gente ruim. Nitrogênio afirma que a rua é tudo de bom, principalmente as amizades que considero como sendo a minha família. Em Ao contrario do que disse o entrevistado anterior, Oxigênio relata que na rua não tem nada de bom, pois o que são pessoas que vivem em solidão. E para Prata, que tem resposta semelhante à de Hidrogênio, relata que a rua para ele é um lugar que se

vive em constante perigo, porque aqui tem que conviver com a “lei da sobrevivência”, ou seja, tem que viver com bastante cuidado para não sofrer retaliações ou agressões.

Continuando com as entrevistas, perguntamos a eles como era relação com a família antes de ir para a rua. Carbono disse que a relação com a família era boa, porém não tinha uma relação muito boa com seus irmãos. Na mesma linha do entrevistado anterior, Hidrogênio relatou que sua relação com os pais era ótima, mas com os meus irmãos não mantinha contato. Nitrogênio informou que sua relação com seus familiares poderia ser considerada normal e que não tem raiva de ninguém. Oxigênio lembra que sua relação com os demais membros familiares também era ótima, mas essa relação foi tomando outros rumos quando ele começou a se envolver com o álcool. Prata disse que a relação com sua família era só de brigas, discussão, tanto com filhos como quanto com a esposa. Tais respostas evidenciam que um dos principais motivos que levam as pessoas a morarem nas ruas são os problemas familiares.

Quando questionados sobre qual a importância de família para cada um, Carbono disse que atualmente vive na rua e que a família não tem importância nenhuma para ele. Hidrogênio ao ser questionado demonstrou emoção ao responder que depois que seus pais morreram a família não significa mais nada, pois eles significavam tudo para ele. Para Nitrogênio a família é algo normal que todos têm, porém, sua família atualmente são os seus amigos que também são moradores de rua. Oxigênio nos relatou que a família é tudo para ele, pois ela transmite paz, segurança, tudo que ele sente falta hoje. Prata foi enfático em dizer que no momento a família não tem importância alguma, pois sempre que ele vai à busca de apoio na sua casa, seus familiares o expulsa. Podemos evidenciar na fala dos entrevistados que apenas Oxigênio demonstra sentir falta do leito familiar. Na fala de Prata observamos que por mais que ele seja sempre expulso de casa, quando vai até lá, ele tem esperança de que essa situação venha a mudar, visto que ele destaca “No momento não tem importância”.

Continuando com as perguntas, perguntamos sobre quais as maiores dificuldades enfrentadas por eles nas ruas, as respostas foram às seguintes: Carbono nos disse que não ver nenhuma dificuldade em estar na rua. Já para Hidrogênio suas maiores dificuldades são fazer as necessidades fisiológicas e

dormir, pois uma vez colocaram a mão no bolso dele, como ele não tinha dinheiro rasgaram sua identidade. Nitrogênio relatou que por ter problemas de saúde, no caso diabetes e pressão alta, isso dificulta muito seus dias na rua. Oxigênio também relata que dormir é uma das principais dificuldades para ele, principalmente em tempos de chuva. Prata trouxe uma questão que é atualmente um dos grandes problemas que muitos moradores de rua sofrem: o preconceito.

Ao serem questionados se sentem amparados pelos órgãos públicos, eles, em sua maioria, nos relataram que não, conforme podemos perceber na fala de alguns. Carbono respondeu que não se sente amparado pelos órgãos públicos, pois não vê nenhuma ação que eles fazem por/para eles. Hidrogênio foi enfático em dizer que não tem ajuda de nenhuma forma dos órgãos públicos e que sempre faz suas refeições em um lugar conhecido como irmã Inês. Nitrogênio também nos relatou que não se sente amparado por nenhum órgão público e que dormia na pousada social, mas os serviços oferecidos não eram de qualidade e que fazia às refeições na irmã Inês, porém segundo ele, a comida é ruim, sem falar nas brigas que os próprios moradores de rua causam, acrescentou o entrevistado. Em poucas palavras, Oxigênio nos respondeu que também não se sente amparado. Mesmo respondendo que não se sente amparado pelos órgãos públicos, Prata nos relatou que a maioria das ajudas que são oferecidas às pessoas em situação de rua vem das ações de voluntários, que para ele é fundamental, pois garante alimentação e dá autoestima para as pessoas que estão na rua.

Ao serem perguntados sobre a relação com os demais moradores de rua, percebemos que existe uma grande parceria entre eles. Carbono nos relatou que sua relação com os demais moradores de rua é ótima, por que ele mantém uma relação de amizade com todos. Na resposta de Hidrogênio podemos perceber uma relação de amizade e de ajuda que existe entre eles. Como ele bem explica que sua relação é boa com os demais moradores de rua e que eles se ajudam muito. Ele ainda acrescentou que isso ocorre pelo fato dele ter um problema na perna. Ainda nessa mesma linha, Nitrogênio nos disse que sua relação também é ótima e que todos são amigos e que ajudam uns aos outros. Para Oxigênio existe uma boa relação de amizade entre ele e os demais moradores de rua, porém Oxigênio relatou que isso não quer dizer que ele confia neles. Prata nos respondeu que sua relação é

regular com os demais moradores de rua e que na mesma linha do entrevistado anterior não se pode confiar em todos que estão na rua.

Por fim, perguntamos aos entrevistados se eles pretendem sair da rua futuramente. Carbono nos respondeu que pretende sair da rua, mas no momento não sabe para onde ir. Hidrogênio e Oxigênio responderam que também pretendem sair da rua, porém não tem noção de quando isso poderá acontecer. Nitrogênio foi enfático em dizer que com certeza pretende sair da rua, mas só se for para um abrigo, e Prata nos disse que quer sair, porém, isso só será possível quando ele conseguir dinheiro para comprar sua casa própria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender como as pessoas em situação de rua chegaram a essa situação sempre foi uma grande curiosidade que tive, tendo em vista que me deparava com essas pessoas sempre que caminhava até o trabalho. Acrescento que ver a pessoa idosa em situação de rua era algo que me incomodava muito, pois penso que o processo de velhice deve ser vivido no convívio familiar e com qualidade de vida, porém, o que se percebia era uma contradição das minhas convicções.

Durante a busca de pessoas para auxiliar na realização da pesquisa, por meio de entrevistas, foi possível evidenciar que muito das pessoas em situação de rua vive sem muitas perspectivas de mudanças, se alimentando com sobras de comidas que são deixadas nos depósito dos lixos, devido à falta de acesso a água eles convivem com a sujeira e com a falta de banho. Destacamos que as pessoas em situação de rua convivem diariamente com o preconceito que é marca de uma sociedade cheia de contrastes sociais que afeta as pessoas e traz consigo sofrimento por meio da exclusão social, que está presente nesse cotidiano, tornando quem vive nas ruas invisíveis de tudo e de todos.

Ouvir os relatos apresentados pelos entrevistados durante a realização da pesquisa foi algo muito forte para mim enquanto pesquisadora, pois pude conhecer de perto a realidade dessas pessoas que como foi dito anteriormente vivem na invisibilidade da sociedade. Cada um tem sua história que diversas vezes são carregadas de uma grande emoção que muitas vezes pode ser confundida com a saudade da família. São pessoas que tem a rua como um refúgio para apagar seus problemas que muitas vezes são decorrentes do alcoolismo.

Antes de iniciar a pesquisa, pensava que as pessoas estavam nas ruas por vontade própria, mas na realidade cada um tem uma problemática diferente e que merece ser ao menos respeitada. Vivemos em uma sociedade cada vez mais preconceituosa que não se permite vivenciar ou se questionar acerca da situação dessas pessoas.

Ao adentrar no campo da pesquisa foi possível ver a realidade de cada um. E isso só foi possível por meio das entrevistas que foram realizadas. Através dos relatos dos idosos em situação de rua evidenciamos que muitos têm problemas com

o alcoolismo e em decorrência disso se tornam pessoas extremamente agressivas. Os entrevistados nos relataram também que viver na rua, é uma tarefa muito difícil, pois eles estão expostos à violência, a preconceitos e a problemas de saúde. Muitos relatam que bebem até dormir para esquecer-se da vida que deixou para trás. A bebida serve para amenizar a saudade da família, pois eles acham que nunca mais irão voltar ao convívio familiar que tinham antes.

O contato com o campo de pesquisa é uma das experiências mais ricas que um estudante pode ter durante a formação acadêmica, pois nos permite conhecer de perto o objeto de pesquisa e auxilia no aprimoramento do estudo em pesquisa. Ir para o campo nos faz entender que é necessário a criação e a implantação de ações voltadas para as pessoas em situação de rua.

Ao longo dos anos percebemos que há um grande aumento de pessoas idosas em situação de rua. Acrescentamos que essas pessoas convivem todos os dias na rua com a vulnerabilidade social e econômica. Em decorrência disso é preciso que sejam criadas políticas públicas com ações efetivas para esse público.

Por fim, enfatizamos que os objetivos propostos nesse estudo foram atingidos, e em sua totalidade nos apresentaram a realidade das pessoas em situação de rua, especificamente o perfil socioeconômico e programas que são destinados para essas pessoas na cidade de Fortaleza/CE. Por ora concluímos esta pesquisa, contudo, o olhar para o próximo, bem como a busca do bem coletivo deve continuar. Com isso, esperamos que esta pesquisa sirva de base para outras, e mais outras e mais outras e “se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo, então somos companheiros (Che Guevara)”.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller. Família, Redes, Laços e Políticas. **Publicam**. 3.ed. São Paulo: Cortez 2007.

ALCÂNTARA, Adriana de Oliveira. **Velhos Institucionalizados e Família**: entre abafos e desabafos. Campinas. Alínea, 2004 (Coleção Velhice e Sociedade).

BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice**. Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BIRMAM, A. Futuro de todos nós: temporalidade, memória e terceira idade na psicanálise. In: VERAS, R. *et al.* Terceira idade um envelhecimento digno para o cidadão do futuro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, UnATI/UERJ, 1995, pp. 29-48.

BORGES, Alice Maria Gonzalez. **Democracia participativa: reflexões sobre a natureza e a atuação dos conselhos representativos da sociedade civil**. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 917, 6 jan. 2006.

BORN, T.; BOECHAT, N. S. A qualidade dos cuidados ao idoso institucionalizado. In: FREITAS, E. V. *et al.* **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

BRASIL. (**Constituição 1988**). Constituição da República Federativa do Brasil.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.053**, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua

\_\_\_\_\_. Ministério da saúde. **Portaria nº 2.528** de 19 de outubro de 2006. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Brasília.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.741**, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei nº 8742**. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social. Diário Oficial da União, Brasília, 8 de dezembro de 1993.

CAMARANO, A. A; PASINATO, M. T. **Envelhecimento, Condições de Vida e Política Previdenciária**. Como ficam as Mulheres. Rio de Janeiro: IPEA, jun, 2002.

CAMPOS, A. *et al.* **Atlas de exclusão social no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERVENY, C. M. de O.; BERTHOUD, C. M. E. et al. **Família e ciclo vital**: nossa realidade em pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. p.11-30; 47-132.

COSTA. Bruto, A. **Exclusões sociais**. Lisboa: Gradiva, 2001.

DUNDES, Fernanda. *et al.* **Cidadania na terceira idade**. 2006. 90f. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) – Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo”, Presidente Prudente, 2006.

FERREIRA, F. P. M.; MACHADO, S. C. C. Vidas privadas em espaços públicos: os moradores de rua em Belo Horizonte. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Editora Cortez, n. 90, ano XXVII, junho, 2007.

FONSECA, Cláudia. **Olhares antropológicos sobre a família contemporânea**. In: Pesquisando a família: olhares contemporâneos. Florianópolis: Papa-livro, 2004.

FRAIMAN, Ana P. **Sexo e afeto na terceira idade**: aquilo que você quer saber e não teve com quem conversar. São Paulo: Gente, 1994.

GOLDMAN, S. N. Velhice e direitos sociais. In: GOLDMAN, S. N.; PAZ, S. F. et al (Org.). **Envelhecer com cidadania**: quem sabe um dia? RJ: CBCISS; ANG/RJ, 2006.

GOMES, Sandra; MUNHOL, Maria Elisa; DIAS, Eduardo. **Políticas públicas para a pessoa idosa**: Marcos legais e regulatórios. São Paulo: Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social: Fundação Padre Anchieta, 2009.

KARSCH, U. M. **Idosos dependentes**: famílias e cuidadores. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, pp. 861-866, 2003.

MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. **A invenção social da velhice**. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989.

NERI, A. L. **Palavras chave em gerontologia**. 3.ed. Campinas: Editora Alínea, 2007.

NOGUEIRA, Vanessa Saraiva. **A Política Nacional para População em Situação de Rua implementada no Centro POP de Fortaleza [recurso eletrônico]** / Vanessa Saraiva Nogueira. – 2014.

PAPALEO NETTO, M. **O Estudo da Velhice no Século XX**: Histórico, Definição do Campo e Termos Básicos. In: FREITAS, E. ET al (Orgs). Tratado de Geriatria e Gerontologia. Rio de Janeiro: Kroogan, 2002.

PRATES, Jane Cruz. **A política de inclusão para populações em situação de rua no Brasil e o desafio da integralidade**. Rio Grande do Sul: PUCRS, 2004.

REIS, E. P.; SCHWARTZMAN, S. Pobreza e Exclusão Social: Aspectos Sócio Políticos. 2008.

SANTOS, N. F. dos, M. do R. de F. e Silva. As políticas públicas voltadas ao idoso: melhoria da qualidade de vida ou reprivatização da velhice. **Revista FSA**, Teresina, v. 10, n. 2, art. 20, pp. 358-371, abr./jun. 2010.

SARTI, C. A. **Família e individualidade**: um problema moderno. Texto preparado para mesa - redonda "Perspectivas de análise teórica da família", no Seminário a Família Contemporânea em Debate. Instituto de Estudos Especiais da PUC de São Paulo, outubro de 1993.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil**. 1995-2005-2006.220f. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília.

SOUZA, Ana Célia Sales de. **Políticas sociais na velhice**: A visão dos idosos sobre o Projeto Sociedade e Saúde em Guaiúba/CE. Fortaleza, 2014.

SPOSATI, A. **Exclusão social abaixo da linha do Equador**. Seminário Exclusão Social, realizado na PUC/SP, 1998.

UTUMI, Américo. Educar para crescer. **MundoCoop**, São Paulo, ano 2, ed. 3, p. 24-25, fev./mar. 2004.

WACQUANT, Loic. **A penalização da miséria e o avanço do neoliberalismo**. In: SANTANA, Marco Aurélio e RAMALHO, José Ricardo (orgs). Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e nova questão social. São Paulo: Boitempo. 2003, p. 72-88.

## APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Declaro, por meio deste Termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada: \_\_\_\_\_ desenvolvida por \_\_\_\_\_. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada por \_\_\_\_\_, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº (85) \_\_\_\_\_. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) do objetivo geral, estritamente acadêmico, do estudo que, em linhas gerais, é \_\_\_\_\_. Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa e que minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (sua) orientador (a). Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse estudo a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Fortaleza, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

Assinatura do (a) participante: \_\_\_\_\_

Assinatura do (a) pesquisador (a): \_\_\_\_\_

Assinatura da testemunha: \_\_\_\_\_

## APÊNDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Entrevista nº: \_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome do entrevistado (a): \_\_\_\_\_

### 1. Dados Pessoais

**Sexo:** ( ) Masculino ( ) Feminino

**Estado civil:** ( ) Solteiro(a) ( ) Casado(a)

**Raça:** ( ) Negro ( ) Pardo ( ) Branco ( ) Amarelo

**Escolaridade:** \_\_\_\_\_

**Idade:** \_\_\_\_\_ **Naturalidade:** \_\_\_\_\_

**Filhos:** ( ) Sim ( ) Não Quantos? \_\_\_\_\_

1. QUANTO TEMPO O SR (A) ESTÁ NA RUA?
2. QUAL O MOTIVO QUE LHE TROUXE A RUA?
3. O QUE A RUA SIGNIFICA PARA O SR (A)?
4. COMO ERA SUA RELAÇÃO COM SUA FAMÍLIA ANTES DE VOCÊ IR PARA RUA?
5. QUAL A IMPORTÂNCIA DE FAMÍLIA PARA O SR(A)?
6. QUAIS AS MAIORES DIFICULDADES ENFRENTADOS PELO SR(A) NA RUA?
7. O SR(A) RECEBE ALGUM BENEFÍCIO ASSISTENCIAL? QUAL?
8. VOCÊ SE SENTE AMPARADO PELOS ÓRGÃOS PÚBLICOS? QUAIS?
9. QUAL SUA RELAÇÃO COM OS DE MAIS MORADORES DE RUA ?
10. O SR. PRETENDE SAIR DA RUA FUTURAMENTE?